
Pauta: "Nada por nós, sem nós!" Uma visão inclusiva sobre Autismo e Síndrome de Down; direitos assegurados e a realidade local

PRESIDENTE CONSELHEIRO MRCELO (PSDB): (14h16min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, hoje com a pauta: "Nada por nós, sem nós!" Uma visão inclusiva sobre Autismo e Síndrome de Down. Direitos assegurados e a realidade local.

Quero saudar todos os presentes, saudando meus colegas Ver. Cassiá Carpes, Ver. Alvoni Medina, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Pedro Ruas. E dizer para vocês que, para nós, tem sido uma oportunidade muito grande da forma que nós estamos usando esta comissão. Eu quero, publicamente, também agradecer o carinho que meus colegas estão me dando, no meu primeiro ano aqui, assumi nesta Casa no dia 2 de fevereiro, eles estão me orientando. Acho que esta é uma comissão muito séria, uma comissão que temos usado para que se possa fazer algo na vida das pessoas. Todos os vereadores aqui tem trazido pautas importantes, e essa pauta hoje também é muito importante. Para quem não sabe, eu fui conselheiro tutelar por quase 20 anos aqui na cidade de Porto Alegre, e um dos temas e uma das lutas que muito se usou, que muitas mães procuraram um conselho, não só o meu conselho, mas acabam chegando em todos os conselhos tutelares da cidade de Porto Alegre essa questão dos direitos violados. Eu vivi muito essa questão das mães, dos pais, das famílias, das dificuldades que essas famílias enfrentam, no seu dia a dia, com seus filhos com espectro autista, com as crianças com diversas dificuldades, enfim, e prontamente eu tenho uma afinidade muito grande com vários segmentos, uma delas é o Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB, que a gente tem feito uma parceria muito grande. Eu tenho tido oportunidade de estar conhecendo essa entidade que tem um papel fundamental na sociedade, para esses pais, para essas famílias que têm nos procurado, o meu gabinete também, praticamente, todas as sextas-feiras está aberto para essas famílias com dificuldades, para essas famílias que estão, muitas vezes, necessitando de um auxílio, de uma orientação. Eu acredito que essa vinda hoje aqui de todos vocês, até o

chamamento, *Nada por nós, sem nós! Uma visão inclusiva sobre o autismo e a síndrome de Down.* Os direitos assegurados e a Realidade local.

A realidade local que digo é que essa reunião, assim como todas que estamos fazendo, são reuniões para alinhamento, reuniões que a gente está trazendo a realidade das famílias, e procurar algum caminho, algum meio, porque eu acho que a realidade, cada vez mais, ela está aumentando e está mudando, não só nas escolas, mas também nos serviços, e eu acho importante. Eu não sei se tem algum representante da FASC. Nós chamamos a FASC? Não está.

Convido para compor a Mesa, e já agradecer por se fazerem presentes, o secretário adjunto da SMED, Claudio Franzen, que em várias solicitações tem se feito presente, inclusive, na outra comissão que agora está acontecendo, há colegas de vocês também ali participando, estão se virando como podem. Também para fazer parte da Mesa a Sra. Josiara Alves de Souza, coordenadora da educação especial; e a Sra. Débora de Oliveira Sequeira, assessora pedagógica do ensino fundamental. Também chamar para fazer parte da Mesa a Sra. Shana Roberta, representando a Procuradoria-Geral do Município; Secretaria da Saúde; Sra. Liza Cenci, coordenadora do paradesporto, da Secretaria do Esporte, Lazer; Sra. Isabel Cristina P. Ferreira, da MOAB – Porto Alegre; Sra. Janaina Coimbra Perez, empreendedora e psicóloga, que tem sido um braço muito importante para nós; Sr. Gelson Luiz Guarda, representando a Secretaria de Segurança – SMSEG. E também participando hoje, através da última comissão da Frente Parlamentar, com a Ver^a Nádia, que já fiz o chamamento dessa reunião hoje, Sra. Letícia Mello, presidente do Sindicato Intermunicipal das Escolas Privadas de Educação Infantil do RS – Sindeedin.

SRA. LETÍCIA MELLO: Sou presidente do Sindicato Intermunicipal das Escolas Privadas de Educação Infantil do RS – Sindeedin. Como presidente, faço parte da diretoria da Fecomércio, que é quem nos dá todo um suporte para muitas conquistas para a categoria. Independente dessa presidência, sou fonoaudióloga, trabalhei 25 anos com inclusão, sou neuropsicóloga, então, tenho uma grande caminhada nesse processo de inclusão, que também é um dos

objetivos de estar aqui hoje, para que possamos, cada vez mais, trabalhar juntos; a iniciativa privada com o serviço público. Esse é o maior objetivo. Obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MRCELO (PSDB): Muito obrigado, Letícia. Quando nos conhecemos ali, eu prontamente falei que teria de fazer parte da Mesa. Então, muito obrigado por vir prestigiar e se somar a essa causa tão importante que, com certeza, todos os vereadores aqui tem essa bandeira.

Vamos dar início. Os nossos vereadores vão fazer uma roda de apresentação, depois peço que cada orador fale no microfone, diga seu nome e entidade representativa, porque toda reunião está sendo gravada, até para constar em Ata. E é isso, gente, esta é uma reunião muito tranquila, sem formalidade. A nossa missão é pensar juntos, para que possamos, de certa forma, fazer a inclusão. A inclusão é muito bonita de falar, em saber que existe inclusão, mas nós temos que pensar a realidade que todos se encontram, que todos estão enfrentando, umas das questões do diagnóstico, que é uma situação, vereadores, que tem chamado muito a atenção, essa dificuldade que as famílias têm de descobrir o primeiro diagnóstico. Mães de periferia das nossas comunidades, muitas se organizando em fazer empréstimo – não sabem se vão conseguir pagar – para poder ter o diagnóstico, para fazer com que seu filho tenha um tratamento adequado, tenha uma vida adequada, nesses espaços que são de inclusão, mas até onde inclusão? Uma das coisas que sempre digo, nesses meus quase 20 anos como conselheiro tutelar, o conselheiro sempre trabalhou na garantia do direito, garantindo o direito das crianças e dos adolescentes violados, mas a criança tem direito de estar dentro de uma escola. Tem! Mas e a qualidade? Qual é o mecanismo, qual a forma que vamos dar para aquelas crianças estarem ali? É muito importante. “Ah, mas ela tem o direito.” São 25 alunos, e aí, nós vamos garantir o direito de uma criança e violar o direito de 24? Porque aquela professora vai ter que se dedicar àquela criança que está dentro da sala de aula. Ou ela vai violar o direito de um e garantir o direito de 24?

Dificuldade todos temos, mas acho que existem muitas formas, muitos mecanismos, principalmente na área da saúde, que é a porta de entrada que

está cada vez ficando mais difícil, a morosidade, as marcações de consultas... Acho que temos que criar, temos que ter uma forma de que, quando se trata de um diagnóstico, de uma solicitação de uma escola...

Registro a presença do diretor da Escola Vereador Antonio Giúdice, Mateus Ceni de Oliveira; seja bem-vindo.

Então, acho muito importante nós estarmos pensando juntos de que forma podemos estar criando alguns mecanismos, Ver. Ruas e Ver. Prof. Alex, e demais vereadores, porque as coisas estão acontecendo, as dificuldades estão vindo e a gente não está conseguindo avançar. Nós estamos aqui para achar alguma solução, de forma pensada, prática, de forma real, porque eu digo as demandas que a gente tem entendido, que a associação, que a Janaína, que a Letícia, enfim, que todos aqui estão trabalhando, são situações reais. Nós temos aqui a presença do diretor Mateus, que é da Escola Municipal Vereador Antônio Giúdice, também, que tem uma inclusão muito grande na escola, que tem muita dificuldade também lá, mas que estão sempre trabalhando, lutando para que as coisas aconteçam da melhor forma possível.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Conselheiro Marcelo, vereadores integrantes desta comissão, caros colegas, amigos, senhoras e senhores que nos dão a honra de estarem presentes aqui. Agradeço muito também, como o Conselheiro Marcelo, nosso presente já o fez. Para nós, da CEDECONDH, é motivo de muita alegria, vejam bem, como é que eu vou usar essa expressão, alegria de cumprir com a sua obrigação. Isso sem perder a consciência, Presidente, de que as situações com as quais tratamos são muito tristes.

Hoje eu recebi em meu gabinete, por coincidência, o diretor e a supervisora da Escola Aramy Silva. Está aqui representada hoje pelo professor Celso, está presente, vai ficar aqui, eu não poderia ficar toda reunião. E é uma escola que tem 10% dos alunos com autismo ou Down. Então, nessa escola, e é importante que a Secretaria de Educação, bem representada aqui, eu vi que falava ali com o professor Celso, agradeço, tome ciência, é uma situação bem delicada. Eu vi

as fotos hoje, nós estamos indo, depois de amanhã lá, na escola, nós estamos ali, Prof. Alex Fraga, com esgoto a céu aberto. Estamos ali com problemas de locomoção quase intransponíveis. Então, a Secretaria de Educação, em conjunto com a CEDECONDH, me parece, senhoras, que representam a educação, a secretaria, que nós, além de termos a obrigação, podemos chegar numa solução, no mínimo, no mínimo, próximo do ideal. Quando eu falo nisso, meu caro Alvoní Medina, Cássia Carpes, Alexandre Bobadra, Alex Fraga, meu caro presidente, Conselheiro Marcelo, eu não estou dizendo ou desfazendo de qualquer outra demanda, porque todas têm a mesma relevância, eu apenas estou exemplificando, porque houve uma coincidência em relação ao meu mandato, hoje pela manhã. A Escola Aramy Silva, eu coloco como exemplo, mas poderia usar o exemplo que a Letícia trouxe aqui, de situações análogas. Poderia usar tantos exemplos de pessoas que estão aqui, de uma escola que foi mencionada agora, o nome da escola é até o nome de um vereador. Eu concluo por aqui, presidente, dizendo que a sua ideia de trazer esse tema para a CEDECONDH foi brilhante, nós temos que tratar disso. Esse é um dos temas, são muitos, mas esse é um dos temas principais e da maior obrigação nossa como vereadores, vereadoras, e como integrantes da CEDECONDH. Muito obrigado. (Palmas.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos e a todas, é uma satisfação. Nesse aspecto, nós somos privilegiados hoje aqui com a presença de vocês. É um tema muito complexo, um tema muito de família, e aqui vocês notaram, alguém deve estar perguntando “mas o que a segurança está fazendo aqui?”, é que a nossa comissão é de direitos humanos, segurança, consumidor, tem uma amplitude bem maior, e hoje o tema é muito importante, porque vocês vão dar para nós aqui, quem sabe, uma lição de vida e de conhecimento, porque é uma matéria que vem crescendo muito em cima desses debates que vocês, tenho certeza, vão fazer conosco. Quero aproveitar também e saudar a Carla, que está de aniversário hoje, eu vim aqui e dei de cara com ela e disse que está de aniversário, é vizinha do meu filho em Estância Velha, tem uma escolinha,

portanto, é uma satisfação vê-la aqui, no dia do seu aniversário. Eu até gostaria que nós cantássemos um parabéns para ela, porque acho que se faz necessário.

(Procede-se ao Parabéns pra Você.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado a todos, um abraço.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos e a todos, boa tarde à Mesa, aos nossos vereadores; quero me colocar aqui à disposição também como presidente da frente parlamentar das pessoas com deficiência aqui na Casa, temos procurado também nos colocar à disposição, também coloco a minha equipe à disposição naquilo que vocês precisarem, a nossa porta está aberta, sala 205, qualquer que seja a demanda podem contar comigo também. Bom evento a todos. (Palmas.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sou solidário à pauta, eu tenho um sobrinho que é autista, mora em Caxias do Sul, onde meu irmão teve muita dificuldade em achar um centro de apoio, e ele me convidou para participar, não sei se nesse domingo, ou no próximo, de uma corrida em Caxias do Sul em apoio a essa causa tão importante. Então, sou solidário, contem conosco, o nosso gabinete é o 385, é um tema muito importante e fundamental, debate aqui na nossa comissão de direitos humanos. Contem conosco.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu fico muito à vontade, porque hoje a minha chefe de gabinete é uma excelente psicóloga e estudante de medicina também; o meu assessor, o Tiago, é pai de uma criança especial, o Francisco, que tem Down, é meu afilhado, então nós vivemos diariamente essa luta, essa causa. A Kellen tem recebido e feito um trabalho essencial dentro do meu gabinete, com essa tua visão, com essa tua história de vida, há pouco tempo a Kellen era uma das diretoras da FPE – Fundação de Proteção Especial do Estado, coordenava cinco casas, eu a trouxe para cá. Então, é uma pessoa que tem me auxiliado muito, principalmente nesse tema que tem um vasto

conhecimento, que a gente vai poder também ajudar e auxiliar muitas famílias através do nosso gabinete, que todas as sextas-feiras a gente tem tirado esse dia para atender às famílias com situações, essas mães, esses pais, essas crianças com essa dificuldade, que, muitas vezes, precisam de apenas uma orientação. Para elas significa muito, para nós, muitas vezes, não, mas para essas famílias, só o fato desse acolhimento diferenciado, humanizado, já é um grande diferencial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde aos presentes; Ver. Marcelo, presidente da comissão, que bom trazer à pauta da nossa CEDECONDH um assunto tão importante, que é a educação inclusiva. Eu estou retornando agora, entrei junto contigo dia 1º de fevereiro de volta à Câmara de Vereadores, mas parece que muito do quadro de atendimento às crianças da nossa cidade não teve alteração nos dois últimos anos em que eu me fiz ausente aqui, por não ter conseguido me eleger na titularidade, e eu fico muito triste, muito triste. Acompanhei uma pesquisa feita nos Estados Unidos, que indica que a percepção das crianças, de proporção, que têm transtorno do espectro autista, na década de 1980 era em torno de 1 para cada 250 crianças, vamos colocar assim, dentro de um quadro de não portar esse tipo de transtorno, e, atualmente, é uma criança para cada 36. Eu tive contato com transtorno espectro autista em 2008, quando dava aula no Colégio Americano, tive um primeiro aluno portador do quadro, não sabia como trabalhar, não fui capacitado dentro dos espaços da universidade, nas cadeiras de pedagogia a que tive acesso, o que foi muito triste, e isso é uma deficiência do ensino superior, ele não capacita a maioria dos educadores nos cursos de licenciatura para prestar um atendimento de qualidade, e a gente precisa buscar por fora essa capacitação, muitas escolas oferecem isso, mas nas redes municipais a responsabilidade é dos gestores. Além da atuação pessoal, é extremamente importante que se ofereçam as condições para que as crianças possam ter um atendimento, porque senão, educação inclusiva é colocar estudantes em sala de aula para serem excluídos e, infelizmente, é o quadro que temos em Porto Alegre. Eu gostaria muito de fazer uma fala mais tranquila, mais branda, mas o momento é crítico, nós temos

um crescente de atendimento de crianças e adolescentes no espectro autista, com diferentes níveis, faixas. Se está crescendo, a Secretaria Municipal de Educação precisa dar condições para que as escolas possam prestar um bom atendimento, mas tem escolas que atendem seis crianças na mesma turma, com professores que não têm, infelizmente, a capacitação necessária, fazem de tudo o possível, buscam aprimoramento, as direções também proporcionam alguns momentos que possam contribuir, mas, infelizmente, não dá para prestar um serviço de boa qualidade com tão grande procura pelos espaços escolares. É preciso monitor. Nós não temos monitores em número suficiente para prestar esse atendimento, não temos, e a SMED não nomeia, a SMED não chama. Muitas vezes é pela força da lei, por determinação judicial que monitores são colocados para prestar atendimento, só que é um atendimento individualizado para aquela família que conseguiu pela via judicial o atendimento para o seu filho, para sua filha; um conjunto, não. Quando é determinação judicial, o monitor presta o serviço para aquela demanda e todos os demais ficam desassistidos. Nós temos, na rede municipal, a Sala de Integração e Recursos – SIR, muitas escolas têm apenas dois profissionais que trabalham na SIR, cada um atende 25 estudantes, só que algumas escolas tem 93 estudantes com laudo, e muitos ainda em avaliação, que sequer são atendidos. Esse é o quadro que nós temos no Município de Porto Alegre. A nossa rede é qualificada, ela é boa, ela é acolhedora, mas, infelizmente, a demanda é enorme e nós não temos como prestar o serviço de qualidade para nossa população, é muito triste isso.

Eu fico também bastante chateado, presidente, que o Ver. Jessé Sangalli não esteja aqui conosco debatendo, porque ele tem proferido barbaridades contra a educação inclusiva! Barbaridades! Eu sinto vergonha cada vez que o Ver. Jessé Sangalli, do Cidadania, base do governo, sobe à tribuna para atacar a educação inclusiva. Uma pessoa que desconhece a realidade, não sabe o trabalho, não sabe a importância da educação inclusiva, para ele, acredito que a lógica seja “vamos oferecer espaço dentro de escola especial”, só que a escola especial tem uma importância, muitas vezes é um espaço de transição, que vai receber alunos que têm demandas mais significativas, vai trabalhar com eles para que eles possam acompanhar as atividades dentro da educação inclusiva. Então

essa transição é importante. Em alguns casos mais severos, a escola de educação especial é aquela que vai acolher os estudantes até os 21 anos, como determina o Plano Municipal de Educação, só que nós precisamos da educação inclusiva, ela é importante. Todas as crianças precisam reconhecer as diferenças, aprender a respeitar e aprender a conviver com o diferente, e é no espaço escolar que essa educação começa. Então eu lamento, eu gostaria que V. Exa., como presidente, pudesse recolher a ata desta reunião, enviar para o gabinete do Ver. Jessé Sangalli para ele parar de falar besteira aqui na Casa Legislativa do povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Prof. Alex, que foi professor da Escola Concórdia, uma das escolas em que mais se trabalha inclusão, e inclusão de qualidade aquela escola trabalha, e eu sei porque o meu filho está lá desde os quatro anos de idade, hoje está com 11 anos. Então eu sinto isso em casa, o quanto é importante a inclusão de uma escola e profissionais preparados para poder lidar com essa questão dessa normalidade; por que meu filho, eles acabam acolhendo, só que isso aí tem que partir, também, tem que ser trabalhado. E uma das coisas que estão sendo colocadas aqui, existem professores, sim, mas eles têm que estar preparados para esta demanda, que tem crescido e aumentado cada vez mais. Então, gente, vamos disponibilizar cinco minutos para cada orador, entidades, e, na sequência, as secretarias Então acho importante, até para poderem nos passar a realidade, as dificuldades, enfim, até para a gente poder, depois, debater de uma forma coerente, de uma forma que a gente consiga trabalhar juntos nessa comissão, para que a gente possa tirar os encaminhamentos necessários, que acredito, a partir dessa reunião, hoje, vereadores, com esse conhecimento que todos nós temos a acrescentar nessa comissão. Eu digo que eu sou muito privilegiado por estar presidindo essa comissão com vereadores tão capacitados como vocês, e a gente está unido nesse dia de hoje, nessa pauta tão importante, que é a inclusão. A Sra. Isabel Cristina Ferreira, que tem sido uma incansável, mãe do Lorenzo, um menino excepcional que nos ensina muito todos os dias, com a palavra. É um prazer estar te recebendo aqui, juntamente com o Movimento

Orgulho Autista Brasil – MOAB, entidade que tem feito um trabalho, não só em Porto Alegre, mas também em muitas cidades, espaiada em muitas cidades, fazendo esse trabalho tão importante, que vocês vêm desenvolvendo, junto com essas famílias.

SRA. ISABEL CRISTINA FERREIRA: Boa tarde a todos, sou mãe do Lorenzo; desde já agradeço muito, Ver. Marcelo Bernardi, por esse convite, por poder estar aqui com vocês hoje, falando sobre um tema que, para nós, mães, é muito importante; agradeço a todos os vereadores e autoridades aqui presentes, porque não é fácil, realmente não é fácil lidar com uma criança autista, para ninguém, ou com uma criança com qualquer tipo de deficiência, mas no autismo temos uma curiosidade, o autista não tem cara, não tá escrito nele que ele é autista. Então, dificulta muito as pessoas a entenderem que aquilo não é uma birra, aquilo é uma crise sensorial; que esta crise sensorial é muito difícil de passar, que a gente precisa, sim, ter profissionais qualificados. E para isto, uma criança, cujos pais estão buscando diagnóstico, principalmente pelo SUS, não pode ficar oito meses numa fila, esperando uma consulta para o especialista, porque somente este especialista é que vai dar as condições necessárias para que essa criança obtenha o laudo necessário para começar o seu tratamento, o quanto antes. É um absurdo isso! Isso que o MOAB, inclusive, já participou de várias leis, lei federal, lei Berenice Piana, e tem uma lei que é do diagnóstico precoce, em que o próprio pediatra pode estar atuando, fazendo todo um protocolo, verificando que essa criança, realmente, precisa de um tratamento, e já iniciar esse tratamento. Quanto mais cedo a criança iniciar esse tratamento, mais cedo a gente vai ver resultado. E é possível isso. E falar assim da inclusão, da importância dessa inclusão, da importância dessa pessoa com deficiência estar inclusa na sociedade, mas que essa sociedade entenda que ela tem que ser inclusiva, porque vou dizer uma coisa para vocês, não adianta a gente ter milhões de leis se essas leis não são aplicadas, e nós temos várias. A gente tem que fazer valer as leis, essas leis devem estar presentes, divulgadas a todo momento; a gente precisa ter uma sociedade inclusiva para entender a inclusão, não somente a escola – isso é responsabilidade de cada um de nós. Eu e meu

esposo, que está aqui presente, o Henrique, poderíamos estar muito bem em casa, mas não, eu sou a voz, nós somos a voz do Lorenzo, mas não só dele, nós somos a voz de muitas crianças e muitos pais que não conseguem sair de casa porque seu filho tem um suporte elevadíssimo de autismo, eles não podem sair. Muitas dessas famílias, porque família é a base de tudo, o que a gente espera, não têm como, essas mães não conseguem trabalhar, elas precisam de uma assistência maior. E é isso que eu quero que os senhores entendam, porque é difícil mesmo. E o Marcelo já foi 20 anos Conselheiro Tutelar, viveu isso e continua vivendo. Então, agradeço muito, Marcelo, por tudo teres aberto teu gabinete para atendimento, tu entenderes isso, que essas mães precisam e que a gente pode estar fazendo, a todo momento, um pouquinho mais. São tantas questões a serem postas, realmente é pouco tempo, mas que isso não fique esquecido aqui, que isso realmente seja colocado à frente. Eu quero agradecer às pessoas que convidamos, que o MOAB convidou, que estão presentes, quero agradecer à nossa vice coordenadora, Patrícia Sanberg, psicóloga, que dá um auxílio imenso para essas mães também, que não têm condições de pagar por um psicodiagnóstico tão importante também, porque não adianta a gente ter simplesmente um laudo do filho, sem ter um psicodiagnóstico, por onde que esse terapeuta vai começar? Mas isso deixo para Dra. Janaina que vai falar muito bem sobre isso. Tenho certeza de que essa comissão, com o que vai ser colocado aqui, vai trabalhar, vai ter bastante material para trabalhar e colocar isso a frente. Como o Marcelo disse, o Lorenzo tem várias dificuldades, e a gente agradece muito, até a escola infantil. Eu sou servidora pública; então, o Lorenzo foi para escola infantil com 1 ano e 9 meses, e graças à vice-diretora, especialista em autismo, que com toda sua delicadeza, nunca nos falou que tinha suspeita de autismo do Lorenzo, e com duas semanas de aula ela nos chamou e perguntou: "Vocês gostariam de levar o Lorenzo para uma terapia? Ele vai evoluir bastante." Então, o que que significa isso? Se o Lorenzo é o menino que é, que muitos conhecem aqui, toca numa banda inclusiva, está no projeto do Renato Borghetti, interpreta, toca violão, canta; se hoje ele tem tudo isso foi graças a essa pessoa, que identificou nele a possibilidade de realmente avançar, porque o Lorenzo começou terapia muito antes do diagnóstico; depois que nós

recebemos o diagnóstico do neurologista – até vou deixar esse material com Ver. Marcelo para ele divulgar para que todos vocês tenham conhecimento do que foi essa trajetória. Esse neurologista foi muito cruel conosco, nos disse: “Vocês esqueçam tudo aquilo que vocês sonharam para o filho de vocês.” Mas, graças a Deus, como a gente diz lá na minha família, em casa, eu e o Henrique, juntos, somos muito melhor do que separados, nós nos demos as mãos e continuamos caminhando, fomos atrás de tudo que era possível para o Lourenço; nós não acreditamos, nós nunca duvidamos que ele fosse autista, que a gente até nem tinha escutado sobre o autismo antes disso, mas a gente foi atrás; nós lutamos muito, continuamos lutando; por isso que eu digo assim: é muito complicado não ter uma sociedade inclusiva; não adianta a gente ter as políticas todas, porque essas políticas públicas só estão aqui por que a sociedade demanda, só que o autismo vem sendo demandado há quase 30 anos, e nunca se ouviu falar tanto de autismo como agora – as pessoas falam como se fosse um modismo: “Agora todo mundo é autista.” Pera aí, a gente tem dados que isso não é assim, a gente conhece muito bem. Então, acho que cabe aos governantes, aos vereadores, fazer isso. O que é inclusão? A gente fica pensando assim, o que é inclusão para uma mãe? A inclusão é um afeto, o respeito que se tem pelo próximo. A gente deve respeitar o próximo; a inclusão está muito além do direito; o direito está ali, está aqui, é o bruto. Vamos fazer com que esse direito realmente esteja colocado em prática; para isso, conto com vocês, porque o MOAB é um movimento, ele não é uma associação; o MOAB está em 17 cidades aqui do Rio Grande do Sul; por sinal, não é Patrícia, o MOAB está no Brasil há 17 anos – olha o tempo que existe. Antigamente sequer se falava em terapias pelo SUS, para qualquer tipo; elas agora não podem é demorar. Já que o nosso tempo de fala é muito pouco, a gente tem muito para falar, as famílias têm muito para falar, eu quero dizer para vocês que a gente acredita muito que onde tiver uma família disposta a lutar pela inclusão, não só do seu filho, porque, no momento em que ela luta pela inclusão, ela está lutando pela inclusão de todos. Aí, sim, teremos uma inclusão verdadeira; e falando um pouquinho, porque fala-se, sim, vereador, que as escolas – e eu sou da rede, da administração – às vezes não preparam, às vezes não têm monitoria, mas tem algo para ver. A única pessoa que pode dizer que

aquela criança necessita de monitor permanente e exclusivo é o seu médico, é o seu terapeuta, é o psicodiagnóstico. E, para isso, o SUS tem que estar aberto, tem que estar aberto para isso. O Lorenzo já teve isso; hoje ele não precisa mais de um monitor fixo, ele precisa, sim, ter o monitor; infelizmente a gente entra com pedido, muitas vezes para a SMED, para que esse monitor auxilie as outras crianças da escola, de dentro da sala de aula. Isso, sim, tem que ter visto. Para terminar, a gente pede que, em breve, continue falando da inclusão em todos os lugares. Nossa, que essas crianças possam ir para a rua, possam conviver, possam estar presentes; que a gente não somente fale de inclusão, mas que a gente viva a inclusão realmente. Muito obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Isabel sempre dando um *show* de amor aqui para nós. Eu acho que o segredo de tudo, Isabel, é o amor; nada nós vamos conseguir encaminhar aqui se a gente não tiver amor no que a gente faz; respeito com as diferenças. Então eu fico muito emocionado quando são temas assim, porque uma coisa é você estudar, outra coisa é você viver, como eu vivi. Eu vivi a ansiedade dessas mães, a luta que essas mães tinham; a última mãe que nós encaminhamos, enquanto eu era conselheiro tutelar, estava lá querendo vender a televisão, querendo vender seus eletrodomésticos, para poder fazer com que seu filho tivesse um diagnóstico que custa R\$ 4 mil, R\$ 5 mil – o mais barato. E isso, muitas vezes, não é porque ela tem que fazer, é porque ela precisa dessa liberdade da sociedade, no caso, para a escola, enfim, poder lidar com a situação; porque a mãe é cobrada. A grande dificuldade é essa. Um neuro, quanto tempo? Se encaminha, quanto tempo? Então é nesse sentido, principalmente porque, no momento em que nós começamos a tratar com seriedade, ter fluxos reais para esses encaminhamentos, eu acho que nós vamos conseguir resolver muitas situações dentro das escolas. As escolas estaduais – eu estava conversando com a Letícia antes –, nós temos que fazer uma reunião, sim, com as escolas estaduais, porque a primeira CRE é com o Município, que tem um número menor que as escolas estaduais. Então acho importante também a Seduc, no caso da primeira CRE da educação especial, a gente também estar sentando com eles, alinhando essa questão, porque as

escolas estaduais também têm papel fundamental, têm uma estrutura diferenciada, um pouco diferente do que o Município tem, mas o direito é igual para todos, não importa se é Município, se é Estado, se é privado, o direito é igual para todos, a inclusão é igual para todos.

Quero passar a palavra para a Janaina Perez, que é uma empreendedora e psicóloga, da Conexão do Ser, uma clínica de desenvolvimento humano que tem nos auxiliado muito, em várias situações, e está lá na ponta fazendo um trabalho muito importante para aquelas mães que, muitas vezes, não têm tanto tempo para esperar. Muito obrigado. Janaina, por favor.

SRA. JANAINA COIMBRA PEREZ: Olá, gente, boa tarde. Eu sou psicóloga, especialista em comportamento e desenvolvimento humano, especialista também em neuropsicologia. A Conexão do Ser surgiu com essa demanda, inicialmente, de trabalhar a saúde mental, e foi através da questão do autismo que eu trouxe à tona o projeto Saúde Mental para Todos. Então hoje eu tenho o foco de saúde popular no Saúde Mental para Todos; desenvolvi uma metodologia própria para atender todo esse pessoal junto ao corpo clínico, neuropsicologia, psiquiatria, psicologia, psicodiagnóstico, com um custo reduzido, preço popular, porque, como a Isabel trouxe, não é fácil, corroborando ali com o professor, hoje, o custo de um psicodiagnóstico na rede privada é R\$ 4 mil um, e receber a quantidade de mães que a gente recebia diariamente chorando... A espera no SUS é de 700 dias – para mais – para uma mãe realizar um psicodiagnóstico. E, gente, para quem tem um diagnóstico de autismo, 700 dias é um prejuízo altamente significativo, falando de forma cognitiva; então é inadmissível esperar tudo isso. E aí, frente a isso, eu desenvolvi então uma metodologia de psicodiagnóstico, e a gente consegue reduzir esse valor para R\$ 1 mil, o que já ajuda significativamente as mães – tem um custo, as testagens têm um custo, então eu não consigo fazer isso de forma gratuita, mas já tem ajudado bastante as mães, também no tempo. E as escolas, como o professor falou, infelizmente, a rede de recursos da escola pública não tem a capacidade de realizar o psicodiagnóstico, nem pode, então eles ficam de mãos atadas, porque eles não sabem o que fazer, como fazer, para onde encaminhar, de que

forma fazer. Ou seja, nós temos as leis, que são maravilhosas, então nós temos ali a aprovação da lei do laudo de transtorno com validade indeterminada; nós temos a aprovação do projeto de lei de realização de triagem precoce para crianças de até três anos de idade, ou seja, educação infantil. Olhem que maravilha, se a gente conseguisse fazer as crianças terem acesso a esse psicodiagnóstico na primeira infância, nós conseguiríamos ter um tratamento – não é, Isabel? – com muita eficácia para esses autistas. Só que a gente não tem acesso à aplicabilidade dessas leis, as mães não sabem para onde correr, essa informação não chega na ponta, não chega nas mães, não chega nas escolas, não chegar na TV, não chega na mídia. Então como é que a gente vai fazer isso acontecer? Como é que a gente vai fazer a aplicabilidade dessas leis? Qual vai ser o fluxo disso? Como a gente vai fazer com que os professores sejam altamente capacitados para fazer isso acontecer? Eles também não sabem, a inclusão ainda é muito nova.

A Isabel falou da questão sonora. Vamos pensar em algo bem sutil, a gente está falando de inclusão em escolas públicas, mas em escola pública tem sirene. Como a gente faz? Então são coisas que não foram pensadas e que são altamente importantes, se a gente está falando de inclusão como um todo. Isso a gente vive diariamente na clínica, na crise, no dia a dia – eles chegam em crise. E aí vamos falar um pouquinho mais além: a gente fala dos profissionais de ponta, CAPSs, profissionais dos postos de saúde, profissionais que ficam nos prontos atendimentos. Quando o pessoal de TEA chega para ser atendido em crise, eles entram na vala comum, porque as pessoas não sabem atendê-los, e aí eles são atendidos com qualquer outro diagnóstico, e aí são contidos. Mas espera aí, como que eu vou conter um TEA? Então, gente, não temos a informação correta, não está chegando aonde tem que chegar; nós temos muitos problemas para serem resolvidos, e as mães sofrem muito com tudo isso. Vamos pensar no benefício: ninguém sabe do benefício, as mães não sabem que existe o benefício. “Como faço para encaminhar esse benefício, para ter acesso ao benefício, o que eu preciso, onde eu vou, como eu faço?”. Vamos lá, o benefício é um salário mínimo. Quando o paciente tem o diagnóstico, ele precisa de, no mínimo, quatro terapias: fono, psico, psicopedagogia e TO. Se eu fizer o cálculo,

no mês, isso dá em torno de R\$ 2,8 mil na rede privada; o salário mínimo é R\$ 1 mil. Como eu faço? Ah, mas espera aí, para a mãe dar conta disso, ela precisa parar de trabalhar. Como ela vai manter essa criança? Como ela vai fazer a rotina dessa criança? Bom, outra incógnita: como vamos fazer? Esses são os nossos problemas diários na clínica, essas são as dores reais que vivemos no dia a dia. Aí eu tenho a terapia do autista e a terapia da mãe, que eu preciso dar conta. Como? Como a gente faz isso? Tem muita coisa em que precisamos pensar nessas leis aqui, não é só inclusão, vai muito além, a gente precisa pensar nos valores, a gente precisa pensar na aplicabilidade, no fluxo, na realidade dessas famílias, na dor real, nas escolas, nos professores, nos funcionários, nos profissionais da área da saúde, que também não são treinados, no corpo clínico, nos médicos – o médico não se comunica com o psiquiatra, que não se comunica com o neuro, que não se comunica com o psicólogo, ninguém se comunica, cada um fala uma linguagem. E aí, como a gente vai fazer para resolver isso? Essa é a realidade que a gente está vivendo; é sobre isso, gente. Obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Janaina. É muito importante esse olhar, principalmente porque a Janaina atende na ponta mesmo, então as demandas que a Janaina atende são realmente aquelas demandas reprimidas que, infelizmente, o serviço público não está dando conta, e acaba caindo lá – e são de escolas públicas, não estamos falando da rede privada.

SRA. JANAINA COIMBRA PEREZ: A gente até atende rede privada, mas a clínica fica na Av. Assis Brasil, então a gente atende todas as escolas públicas ali da Zona Norte de Porto Alegre. Então a demanda é bem alta, e estamos falando de escolas públicas mesmo. A realidade é bem cruel.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Janaina. Então vamos passar agora a palavra para a Letícia, porque não é pelo fato de ser escola privada que não tem problema, muitas vezes o problema é maior ainda – não é, Letícia? Por favor, Letícia.

SRA. LETÍCIA MELLO: Verdade. Obrigada pela oportunidade de estar aqui compartilhando um pouquinho da nossa realidade também, que não é diferente da escola pública. Eu fui fazendo várias anotações aqui enquanto estava ouvindo os colegas da Mesa, e a gente falou que não tem solução, temos políticas públicas, mas acho que, além de políticas públicas, nós precisamos hoje de ação. Eu acredito que a grande maioria já deve ter ouvido falar dos 1 mil dias. Então os 1 mil dias são os dias mais importantes para o desenvolvimento de uma criança, que é desde a gestação, e a gente conta até encerrar esses 1 mil dias. Há duas semanas, nós fizemos, a rede privada, o sindicato das escolas de educação infantil privadas do Rio Grande do Sul, um congresso com o tema neurociência para a educação. Então hoje não tem mais como nós separarmos saúde e educação, os dois têm que andar juntos, nós temos que enxergar a criança como um ser global único, não tem como separar educação e saúde. E nós oferecemos 80 inscrições para a Prefeitura. Nós temos 42, se eu não me engano, escolas públicas de educação infantil exclusiva, então 80 inscrições serão duas pessoas referências para cada escola, seja o diretor, o professor, o coordenador. Infelizmente nós não tivemos esse público. Nesse congresso nós falamos sobre o neurodesenvolvimento típico e atípico com profissionais renomados na área da saúde e da educação, como exemplo o Dr. Felipe Kalil que é um neuropediatra presidente da Sociedade Brasileira de Neuropediatria falando sobre o comportamento neuroatípico. Então os dados que tu comentaste antes são dados do CDC, eles não se aplicam ao Brasil, que é uma criança dentro do espectro autista para cada 36 nascimentos. Essa é uma previsão americana, mas que obviamente a gente tende a tomar como referência. Isso não significa que hoje nós temos mais autistas e nem que está tendo um número de laudos ou diagnósticos hiperinflacionado, mas, sim, está tendo mais acesso a essas avaliações, a esses diagnósticos. E também se mudou muito a nomenclatura: antigamente nós usávamos autista para aquela criança que tinha movimentos estereotipados, que não olhava no olho, ou não se comunicava de forma verbal, e hoje quando a gente fala em espectro autista a gente traz desde esta criança ou esse adulto que tem essas características e está lá na ponta do espectro como também aquele profissional que vai fazer uma faculdade, que vai

frequentar uma escola, que vai ter um emprego, mas ele tem alguns comportamentos neuroatípicos. Hoje os estudos da neurociência referem que a gente já consegue saber, ter indícios, ter sinais e sintomas com bebês de três meses. Nós estamos falando aqui em diagnósticos de quando a criança vai para a escola, de quando vai para a primeira série, de quando não se alfabetiza, e nós estamos perdendo um tempo precioso dessas crianças desde o momento em que elas nascem. Crianças com três meses, se ela não olha nos olhos, se ela não responde à comunicação da mãe, se ela não emite algum som, vocalizações, sons guturais, já são sinais e sintomas preditivos de algum comportamento neuroatípico. Então olha o quanto nós estamos atrasados neste processo. Então nós vamos ficar esperando pela lei, por uma política pública, ou nós vamos ter uma ação? Dia 2 de abril, agora, é o Dia Internacional de Combate ao Autismo. Então o que nós vamos fazer? Nós temos aí quatro dias, nós vamos sair hoje daqui comprometidos com qual ação? Nós temos diversos profissionais aqui, de diversas áreas, nós contamos com a Câmara de Vereadores, nós contamos com profissionais especializados, com familiares. Com que compromisso cada um de nós vai sair daqui hoje para termos uma ação efetiva? Acho que uma outra questão muito importante que a gente traz é a questão do diagnóstico, do diagnóstico precoce. *O.k.*, temos um diagnóstico, mas o que a escola faz com esse laudo? A criança faz parte do espectro autista. E aí? O que esse professor com mais 25 crianças dentro da sala vai fazer? Vai colar o monitor nele ali que sabe tanto quanto ele, e esse tanto quanto ele é um conhecimento raso. Então que ações nós temos que fazer dentro desta realidade? Nós precisamos muito além de um monitor, e se a gente for pensar de um ponto de vista, talvez um monitor não seja inclusivo. Quando a gente fala em inclusão, a gente fala em dar as mesmas perspectivas, as mesmas possibilidades, e aí a gente precisa de um professor formado, que tenha conhecimento de um comportamento atípico, do comportamento neuroatípico e do manejo adequado. Então a gente fala muito além de ter um monitor, muito além de uma política pública. Mas precisamos agir, e os 1.000 dias são fundamentais. Então quem sabe a gente precisa, hoje, de uma equipe de intervenção precoce, que é diferente de estimulação precoce, dentro das UTIs neonatais para avaliar esses

bebês que estão nascendo, para a gente pensar quando eles tiverem três, quatro, cinco, dez anos, e estiverem numa escola com todo o suporte e com uma necessidade menor, porque aí sim nós estaremos fazendo um trabalho eficiente e eficaz para essa criança. Então o que a escola faz, seja privada, pública, estamos juntos, as crianças não têm a questão socioeconômica cultural, e esses sinais e sintomas, esses diagnósticos estão em todas as classes, em todas as escolas, em todos os meios. E aí a gente falou ali: que solução? Então eu trago uma hipótese, digamos assim, de uma solução, que é a parceirização: o público e o privado têm que trabalhar juntos. Eu tenho uma clínica, trabalhei no Hospital Santo Antônio da criança por 8 anos. A fila do Hospital da Criança Santo Antônio para atendimento no ambulatório para diagnóstico e intervenção precoce era de mais de 500 crianças. Então muitos bebês com três meses entravam na fila e iam ser atendidos com sete anos. Eu abri uma tarde do meu consultório privado e atendia a 10 crianças, essa foi a parte que eu poderia contribuir para a sociedade. E se cada um de nós fizermos isso, a gente consegue evoluir como sociedade. E nós precisamos disso, dessa conscientização das pessoas de que a gente não pode esperar tudo do setor público, nós temos que trabalhar juntos com o setor público. Outra coisa que a gente falou: apenas orientação. E é verdade, uma orientação é um grande caminho, e não só para as famílias, mas para aquele professor que está ali o dia inteiro com aquela criança, que não pode deixar aquela criança com aquele brinquedinho reverberando, reverberando, que tem que chegar: “Vamos brincar juntos, vamos brincar com o amiguinho, vamos dividir os brinquedos”, e aquela criança está lá entretida com o ventilador: “Bah, que legal, tem um ventinho, mas esse brinquedo aqui também é legal”. Então os nossos professores, seja da pública ou da privada precisam de formação, de informação, e saber como ter um manejo adequado, e isto reduz aquele monitor que acaba retirando aquela criança do seu grupo, e a gente tem que incluí-la e não a excluir com um monitor para ela. Eu anotei muitas coisas aqui e acho que a gente tem possibilidades de resolver com ações. Reuven Feuerstein, não sei se vocês já ouviram falar, um teórico que morreu uns oito anos atrás, que desenvolveu a metodologia de mediação de aprendizagem partindo da dor dele: ele teve um neto com síndrome de Down e ele não se conteve em que a

sociedade dissesse que o neto dele era imbecil, porque anos atrás era assim, retardado, mongol, e ele, através do neto dele, desenvolveu metodologias de mediação de aprendizagem. Nós temos que conhecer o desenvolvimento típico para fazer as intervenções adequadas. Hoje existe um centro de treinamento referência no mundo inteiro, em Israel, de mediação de aprendizagem que cabe a qualquer escola, e hoje quem gerencia esse centro e dá formações em seis idiomas é esse neto dele com síndrome de down que tem um vocabulário mais rico do que todos nós aqui na Mesa juntos. Então a gente também tem que ter esse olhar para esse indivíduo que tem um grande potencial e habilidades a serem desenvolvidas. Enquanto nós pensarmos na vítima, no vitimismo, não vamos conseguir evoluir como cidadão. Nós temos que pensar no potencial que essa criança tem, e aí no potencial seja emocional, social, cognitivo, adaptativo, motor, e investir no potencial desta criança para que ele consiga se desenvolver como um indivíduo e um ser global e fazer parte dessa sociedade. Eu me coloco à disposição, como presidente do Sindicato das Escolas Privadas de Educação Infantil, como fonoaudióloga, como neuropsicóloga, como psicopedagoga, como especialista em neurociência, desenvolvimento e educação infantil para participar de uma forma ativa para a gente melhorar a nossa sociedade como um todo. Tenho várias coisas aqui, mas eu tenho que dividir o tempo com os meus colegas também. Agradeço a oportunidade e acho que temos que trabalhar juntos. Essa é a solução dos problemas. Muito obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Letícia. Quero também aqui fazer uma saudação à Carolina Carvalho e a Janaína, que estão aqui presentes hoje, que recebi em meu gabinete, da Clínica Salutte. Quero dizer o quanto, Letícia e Janaína, nós queremos resolver a situação, e porque não a parcerização de pessoas sérias, de pessoas que estão realmente engajadas com essa causa, e que seria um braço a mais para o serviço público, porque, infelizmente hoje a realidade; não é nós que estamos falando, é o que se encontra. Então acredito que têm sim caminhos, assim como tem se parcerizado muitas coisas, acredito que essa sim seria uma parcerização muito importante para que a gente possa ser um braço a mais, não só para as crianças, mas

também para os profissionais que estão ali na ponta, trabalhando e poder fazer o que estão lá para fazer: dar aula. Então quero agradecer à Carolina, obrigado por estar presente, e Janaína, muito obrigado.

Passo a palavra para a nossa amiga, Liza Cenci, obrigada por estar nos prestigiando aqui, representando a nossa querida amiga e ex-secretária, Débora.

SRA. LIZA CENCI: Boa tarde a todos, quero agradecer essa demanda tão importante nós, do esporte, lazer e juventude. Na nossa Secretaria nós temos o Social Esporte Clube que já atende às crianças, já recebemos inscrições de crianças até os 17 anos para exercer algum tipo de esporte. Então nós já temos esse trabalho em andamento, e a causa da pessoa com deficiência é muito importante, na minha vida, principalmente. Então eu acho bem importante quando a gente está reunido aqui com o nosso vereador de Frente Parlamentar, que exerce muito bem esse contato com as associações que a gente tem em Porto Alegre. Quero agradecer às minhas colegas das secretarias, por estarem aqui. Nós temos muito que fazer e lembrar que o autismo precisa de atendimento, precisa de inclusão; ele não precisa ser combatido, não precisa ser excluído da sociedade, porque eu acho que o mais triste na nossa sociedade é a gente excluir as pessoas, no seu montante total. Porque eu sei da dificuldade que eu tive para ir para uma escola, da dificuldade que eu tive de ter um emprego, de estar sendo empregada para uma empresa, ou uma outra gestão. Então eu vivi isso desde a minha fase de criança. O que hoje a gente necessita aqui é a inclusão, nada mais que isso, inclusão na sua totalidade.

Eu admiro muito a MOAB, sou muito amiga da Lu; a Lu é uma guerreira, ela e o Bê realizam muitas atividades conosco. Então parabéns pelo movimento e por estarem conosco. Eu fico à disposição e, daqui a pouquinho, eu já saio porque eu tenho outra agenda.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PMDB): E o quanto ontem nós estávamos aqui, nessa Casa, com a escola de samba, fazendo uma homenagem à escola de samba Copacabana, que saiu da série prata e foi para a série ouro. O quanto é importante a cultura e o esporte na vida dessas pessoas, dessas

crianças, porque não é, muitas vezes, apenas o esporte, é muito mais que o esporte, não é apenas um carnaval, é muito mais que um carnaval.

Então são questões importantes que temos que pontuar, professor, e que temos que sim, através dessas secretarias que são muito importantes, principalmente na primeira infância, para que a gente possa estar construindo um caminho melhor para essas crianças e adolescentes. Não só crianças e adolescentes, nós recebemos em nosso gabinete uma pessoa com 38 anos que não conseguiu o diagnóstico ainda. E a maior dificuldade que esses pais têm, que me chamou muita atenção é: e quando nós não estivermos aqui? O que vai ser deles? Isso aí não foi um, nem dois, que trazem, o Cassiá, o Medina, o professor Alex, a preocupação deles: o que vai ser dos meus filhos, ou do meu filho, quando nós não estivermos aqui? Porque até então ninguém sabe. Porque quando tem uma criança com diagnóstico, muitas vezes severo, ninguém quer saber; quem é que vai assumir? O Estado? Então são coisas que temos nos deparado muito, com essa questão também, principalmente, não é Isabel, nessa situação, a preocupação deles depois.

Quero agradecer, Doutora, por estar presente aqui representando a PGM, e também à Secretaria de Saúde, que é fundamental. Eu gostaria que estivesse aqui a FASC, porque a FASC, nós tínhamos que alinhar, vereadores, vou estar chamando-os, aqui, porque a porta de entrada, muitas vezes é a partir dos CRAS. O quanto é importante essa demanda que, muitas vezes, essa porta do serviço social através dos seus CRAS, é fundamental para essas famílias, para esses pais poderem ter esse direcionamento. Não têm que vir no nosso gabinete; têm que chegar nos serviços e serem direcionados.

Então passo a palavra e agradeço a sua presença aqui, sempre que solicitados vocês estão nos auxiliando.

SRA. SHANA ROBERTA MODENA: Obrigada, Presidente. Boa tarde, eu sou advogado e assessora do gabinete do procurador-geral e atualmente assessora do gabinete da Secretaria de Saúde. Então eu faço um elo entre essa questão do técnico e do político. É tão certo que a iniciativa nunca parte da Procuradoria, da PGM, mas sim somos um respaldo para essa aplicação, nessa parte jurídica.

Então aqui hoje eu venho na condição de ouvinte para poder, de fato, desenvolver o meu papel que é fazer esse fluxo acontecer, entre o técnico e político; sensível aqui que não é uma questão estritamente da educação, mas que passa pela parte da Saúde. Então o meu compromisso aqui, além de ouvinte, é de na sequencia facilitar esse fluxo de informação dentro do Município. Agradeço em poder compor a mesa.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Doutora. O quanto é importante porque eu acho que todas essas falas, a senhora vai levar para o nosso secretário, enfim, para que a gente, juntos possamos, depois num outro momento estar sentando, novamente, e estar pensando nesses fluxos que você está tendo oportunidade. Porque, uma coisa é estar dentro do gabinete e outra coisa é saber o que está acontecendo na ponta mesmo. Então é muito importante, nós temos aqui rede privada, temos associações, temos a Janaína aí também que está na ponta, temos nós, que somos vereadores de comunidade, e que a gente vive o dia a dia, temos aqui a Escola Municipal Vereador Antônio Giúdice, através do diretor Mateus, que também tem uma demanda, quantos alunos são lá, professor? Mil, mil e cem alunos, sendo que 10% ou um pouco mais de 10% de inclusão. Porque se tem essa visão muito, quando se tem um filho com espectro autista ou Síndrome de Down, se diz: vamos meter na municipal; porque se sabe que a municipal acolhe. Até a estrutura é diferente, é melhor, porque a comunidade tem essa visão hoje; não é só a nossa, principalmente muitos pais nos procuram e dizem: eu preciso, tem que tentar botar lá no Giúdice... Porque sabem que o Giúdice tem...A Ana também que participamos de algumas reuniões ali de inclusão de uma criança, a última criança que eu procurei escola, e quero aqui, publicamente, agradecer pelo carinho, porque a criança estava numa escola e estava apenas na escola, sem inclusão. E a partir daquele momento, dessa ação, que nós sentamos e conversamos com toda a equipe da Educação Especial, da escola, com a família, com a mãe, e, prontamente vocês não sabem o quanto foi importante na vida desta criança essa mudança. Ela mudou 100%! Então muitas vezes para nós não é nada, mas para a vida dessas crianças, desses adolescentes e da forma

desse acolhimento que é feito com pessoas capacitadas, com pessoas orientadas, de como agir; porque, infelizmente, tinha lá na outra escola uma professora com a idade avançada que não sabia mais o que fazer, e aí liberava a criança, a mãe largava 13h30min, 14h30min ou 15h já mandavam a criança para casa; daí tinham que ligar para a mãe, para a mãe buscar a filha porque ela não conseguia mais se manter na escola. Ou seja, não tinham um plano direcionado para aquela criança; e aí o que acontece? Bota na rede Municipal. Então essa é uma realidade que tem aumentado muito, mas nós temos que pensar sim, e eu acho que a Secretaria da Saúde é fundamental nesse processo, porque os números estão aí, eles não são fictícios, e a educação também, a SMED é fundamental também, porque tem um parâmetro, tem a realidade de quantos monitores faltam. Mas dizem: mas não tem que ter um monitor para cada aluno... Não; não tem que ter, mas pelo menos tem que ter capacidade de ter uma qualidade para aquela criança, para aquele adolescente e também para o professor que está ali, porque senão acaba sendo... Nós, o que eu vivi durante esses anos, e não é só a questão do direito do aluno, também tem a questão do professor; ele tem que estar ali, tem que dar aula, mas e aí entra aquela questão, viola o direito de um e garante o direito de outros? Ou ao contrário? Então eu acho que as coisas estão evoluindo, mas têm que evoluir muito mais.

Quero agradecer a presença de vocês aqui e acredito que a gente vai conseguir tirar alguns encaminhamentos. Quero passar a palavra para o meu colega, Vereador, porque a questão foi colocada aqui, da questão sonora, e o vereador tem esse papel fundamental nessa Casa, principalmente nessa questão.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Só para contemplar a fala da Janaína em relação às sirenes que fazem um barulho gigantesco, aquele barulho que perturbam as crianças. Nós fomos procurados pela FAPA; os pais reclamando em relação aos alunos que, quando tocava a sirene, incomodava aquela criança e fazia com que ela se agitasse. Então está tramitando aqui na Casa essa lei para que as escolas venham a tirar essas campainhas, substituí-las por campainhas musicais ou algum tipo de informação para esses alunos, para evitar o incômodo. A gente sabe que realmente incomoda, e as famílias têm nos

procurado, com criança com autismo, e a gente vê o quanto as crianças ficam incomodadas quando um som está acima da normalidade. Também nós, através do gabinete, ajudamos também uma família, a dona Jussara com sua filha Janaína, que tem 12 anos e foi diagnosticada, com 7 anos, que tinha autismo, mas não teve nenhum tipo de assistência, ninguém orientou como fazer a carteirinha para isentar a passagem para essa criança nem sequer também o bebê para ela ter o dinheiro para ter condições de sustentar essa criança. E através do Leonardo, meu assessor de gabinete, fica em pé, Leonardo, não sei se vocês conhecem o Leonardo, ele que cuida dessa pauta junto comigo no gabinete e tem ajudado uma as famílias. Famílias têm chegado até nós e nós temos procurado, através do gabinete, dar essa assistência para essas pessoas, mostrar para elas os seus direitos. Já recebeu o salário, já recebeu diferença, já tem a carteirinha, vai ter também a carteirinha interestadual para que ela possa visitar os familiares longínquos. Quer dizer, uma criança que estava na escola e não tinha nenhum tipo de assistência. Não que eu seja contra a SMED, pelo contrário, eu vejo que uma parceria juntamente com a Secretaria de Educação, a gente tem que buscar realmente ajudar essas pessoas, orientar essas pessoas para que elas possam ser respeitadas como seres humanos, e as famílias têm que ter esse apoio. Então o meu gabinete está com as portas abertas, naquilo que vocês precisarem do nosso apoio, nós estamos ali à inteira disposição. Obrigado.

SRA. LETÍCIA MELLO: Eu posso quebrar um pouquinho o protocolo? Eu moro num prédio na metade da quadra de uma escola estadual e todo sábado e domingo a sirene toca às 7h20min da manhã. Então eu estou trazendo isso que nos tira de uma rotina num sábado e num domingo em que tu queres descansar. O meu prédio é no meio da quadra e a escola é na esquina.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): A senhora envia para mim depois, eu vou lhe passar o meu contato que a gente vai até a escola conversar com o diretor.

SRA. LETÍCIA MELLO: Então imagina para quem tem dificuldade de exacerbação do som, o quanto isso incomoda.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Letícia. Então passamos a palavra para as nossas amigas aqui da SMED, e Josiara e Débora, trabalhamos muito enquanto Conselho, muito incomodava vocês lá.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Boa tarde a todos e todas, eu sou a professora Josiara, me sinto na responsabilidade de dizer que lugar de fala eu ocupo, estou quase fechando 30 anos de professora pública. Comecei como alfabetizadora e aqui eu vou saudar a Isabel para saudar todos, porque há 30 anos, Isabel, nós não falávamos em autismo, porque eles ficavam manicômios. É triste, mas é isso. Quem estuda educação, quem estuda e busca a inclusão sabe do que foi a luta e porque hoje nós temos tantos casos. As pessoas dizem que está em moda, não, não está em moda, há 30 anos escondíamos eles da sociedade, nós os colocávamos no manicômio. E eu digo, nós, porque eu sou sociedade, nós todos aqui somos sociedade. Mas abrindo a minha fala, todos os colegas trouxeram coisas muito importantes, mas eu vou ter que pautar, porque para mim tem três coisas diferentes aqui, vereador, cumprimento-o por ter tomado nessa iniciativa, mas precisamos urgentemente começar a conversar sobre inclusão, pós-pandemia, principalmente. Porque tivemos um período de quatro anos onde não tivemos investimentos para esta pauta, não tivemos investimentos para a formação em nível federal, tivemos alguns cursos oferecidos *on-line*, isso eu não nego, tivemos algumas salas de recursos sendo melhoradas pelas verbas do governo anterior que já tinham sido programadas. Também gostaria de dizer que ficou a cargo dos Municípios. Os senhores são vereadores, o senhor sabe que o cobertor é curto e o senhor sabe onde é que vai ficando mais apertado. Quando eu falo em discutir inclusão, eu não falo em discutir deficiência, por favor, eu falo em trazer, sim, de volta a nossa declaração da Salamanca, onde nós vamos discutir que todos e todas têm direito a uma educação de qualidade. Todos e todas, desde o menino e a menina com deficiência, desde o menino e a menina pé de chão da esquina, desde o

indígena, do preto, do negro, de todos nós enquanto sociedade. Incluir é isso, são todos, moradores de rua, meninos de sinaleira, meninos que não têm roupa, que não têm comida e que muitas vezes precisam da comida da escola, e a escola acaba indo além do seu papel que seria de dar apenas uma formação compacta, robusta, com todas as condições. São os professores que, muitas vezes, assumem essas famílias e assumem até mesmo em cestas básicas como foi na pandemia. Eu estou na Secretaria há três anos, eu sou concursada, eu estava em uma escola na vice- direção durante a pandemia, e foi isso que nós trabalhamos na pandemia, fazendo vaquinha entre professores, mantendo as nossas famílias, mantendo vínculos, trazendo os nossos alunos junto conosco. Então é muito difícil a gente falar junto com apenas uma deficiência, isso é muito maior, e a inclusão, eu até trouxe aqui, nós precisamos discutir mudanças conceituais, nós precisamos discutir o que é justiça social, nós precisamos fazer um contrato social. Sem um contrato social eu não falo de inclusão, eu falo de parte que eu penso, eu tenho que discutir novamente o que é uma integração e o que é uma inclusão. Eu preciso? Preciso, porque a sociedade, embora na pandemia a gente dissesse muito que sairia melhor dela, mas eu penso que a gente tem que retomar e voltar uns passos atrás e começar de novo. E esse começar de novo é, sim, fazer um contrato social. A escola é uma parte, mas nós temos toda uma sociedade. Um diretor, por melhor que seja, por mais que ele queira incluir, que ele tenha o melhor corpo técnico formado, só ele sozinho não faz a inclusão de uma cidade. Nós precisamos mudar urgentemente a acessibilidade. E aqui eu não vou falar da arquitetônica, eu vou falar da atitudinal. Eu acredito em múltiplos, eu aqui sou uma pessoa e sou múltipla. A Isabel, como eu, é uma mulher, ela fez opções diferentes das minhas, eu posso estar aqui e ter optado por não casar, por não ter filho, e eu sou uma mulher, a Isabel é uma mulher, optou por casar, por ter família, por ter filhos. Então olha as nossas diferenças, nós não podemos colocar padrões. Nós duas somos mulheres, mas esse padrão não pode nos generalizar, e a inclusão é exatamente isso, romper barreiras, romper essas generalizações. Então uma pauta é essa, discutir inclusão, com o tema amplo, trazendo a nossa legislação, nós temos a lei brasileira para discutir, temos a declaração internacional sobre os direitos da

peessoa com deficiência, temos da lei brasileira que pode nos ajudar, trazer novamente a política de 2008 para discutir a educação especial na perspectiva da educação inclusiva que é algo que nós acreditamos e que nós defendemos. Hoje, à frente da Coordenação de Educação Especial, na Secretaria, é algo que eu defendo, eu acredito numa política de educação inclusiva, mas eu também fomento que os demais setores que movimentem, porque a inclusão é para além dos muros da escola. A inclusão é muito mais do que isso. Eu não posso chegar ao nono ano e não ter onde colocar o meu menino, porque o ensino médio não tem o AEE. Para aí, só um pouquinho. A lei federal é só para o município? É só o município que tem que cumprir uma lei federal? Eu questiono isso porque o senhor, bem há pouco tempo, era nosso aliado lá na ponta, e é para os conselheiros que a gente recorre, muitas vezes. Então preciso pensar nisso e eu preciso discutir enquanto sociedade. Porque se a sociedade demandar um ensino médio diferente, demandar que a lei seja cumprida também, porque a lei existe. Por que no Município de Porto Alegre, em todas as suas escolas têm salas de integração e recurso? Por que as escolas estaduais não têm? Eu fui professora de escola estadual. Eu estou só fazendo provocações mesmo para a gente ver em que ponto a gente está e para aonde a gente tem ainda aqui caminhar. E o quanto esses espaços são muito importantes para discussão, o quanto nós precisamos ainda evoluir. Eu trouxe aqui que a gente tem que parar de tratar com capacitismo, piedade, ninguém tem que fazer piedade, a gente tem que cumprir, a criança tem direito de ser criança, independente dela ter ou não uma deficiência. A criança tem direito a brincar, a ser respeitada independente dela ter uma deficiência ou não. Quem chega na escola hoje é uma criança, um adolescente e um adulto, eu não posso chegar a um diagnóstico. O diagnóstico serve? Serve muito para buscar os direitos dos atendimentos que ela tem e que, às vezes, faz diferença no trabalho lá da escola junto com professor, com a equipe toda de apoio que está atendendo. Então isso é algo que a gente tem que abrir para discutir, essa educação inclusiva, essa reorganização de práticas e também nós temos que pensar, pois a escola inclusive é um desafio que todos nós temos que assumir juntos. Pensar nos caminhos que nós já percorremos, os caminhos que nós ainda precisamos retomar nessa caminhada. E a escola, por

ela ser inclusiva, ela não vai ser uma fonte de renda econômica e ela também não terá dados indicadores. Uma escola inclusiva é uma escola para todos, onde todos serão respeitados, terão qualidade no seu trabalho e principalmente equidade. E o que é equidade? Se eu, o senhor e a Janaína estivermos subindo naquela janela para olhar um jogo, eu acredito que o senhor é mais alto do que eu, se eu tirar o sapato, a Janaína um pouquinho mais baixa, se não derem três cadeirinhas da mesma altura, talvez nós duas não consigamos assistir ao jogo. Isso não é equidade. Isso não é igualdade, nós não queremos igualdade, nós queremos uma escola com respeito às diferenças. Qual é o respeito às diferenças? O seu banquinho não precisa ser tão alto, o meu um pouquinho mais alto e o da Janaína ainda talvez tenha que ser mais alto do que o meu, para que todos nós possamos apreciar o espetáculo. Isso sim é equidade, isso é respeito às diferenças. Então vão ter momentos em que na sala de aula não precisa todo mundo fazer a mesma coisa, não precisa estar todo mundo trabalhando na mesma tarefa. Ah, mas se alguém olha, a gente ainda está com aquele padrão de escola e a gente precisa romper com isso. E quem rompe com isso? É o aluno de inclusão. Nós ganhamos muito na última década, discutindo inclusão porque a gente mudou muito o nosso trabalho em escola, a partir destes alunos. Então eles nos trouxeram ganhos que nós não podemos mais abrir mão, uma escola diferente. É uma escola barulhenta? É uma escola briguenta? É uma escola de professores chatos? É uma escola que até o monitor participa da reunião? É uma escola que até o pessoal da limpeza tem que ir para formação interna da escola? Sim, porque como é que eu faço um plano de trabalho para um aluno? Não sou eu sozinha, não é o professor da educação especial sozinho, somos todos nós. Eu acredito muito no coletivo, acredito muito no trabalho intersetorial, penso que é a única solução que nós temos para romper as barreiras. Trago aqui uma frase do Vygotsky, que, para algumas pessoas, parece estar superado, mas não, porque é ele que fala da pré-escrita, é ele que vai trazer muitos conceitos. Ele diz uma coisa assim: "O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidades para pensar, é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar várias coisas". Os nossos alunos, eles têm que sair da escola pensando várias coisas. Talvez nem todos vão sair com a mesma leitura fluente, porque o aluno

de inclusão, nem todos vão estar no mesmo nível cognitivo, mas todos vão receber todo o respeito, todo o conhecimento que eles precisam.

Trazendo agora o segundo aspecto. Esse, para mim, é só o primeiro, é uma discussão longa, eu nem vou me aprofundar, senão nós não sairíamos daqui. O segundo aspecto é o que o senhor mesmo abordou, quando nos mandam os pais para a escola pública. Sim, a escola municipal iniciou um processo de trabalho em 1990. Eu conheço essa rede, porque eu vim estudar nela, eu não sou porto-alegrense, eu estou porto-alegrense há 12 anos e eu muito vinha estudar. Uma das coisas que a gente sabe que começou lá foi o trabalho da EP e da PI. EP, escolarização precoce, zero aos três anos; PI, três aos cinco anos e onze meses, psicopedagogia inicial. Que trabalho é esse que essa rede tem? Esse trabalho, as professoras vão para dentro das escolas, tanto das escolas conveniadas como das nossas escolas próprias, e não precisa uma criança ter diagnóstico, basta ver que o desenvolvimento dela não está acontecendo no tempo que deveria. Aí tu tens que conhecer o desenvolvimento da criança, tu tens que saber isso. Se tu observaste que com seis meses, quatro meses, ela já deveria estar fazendo balbucios, já estar se movimentando, já estar se virando, já estar rolando e não está, as nossas profissionais já começam a orientar, já começam a observar. Ela não vai ter diagnóstico nenhum. Ótimo. Precisava alguma coisinha ali que ela não teve pelo próprio meio, e aqui vamos usar o Wallon, o meio também faz essa criança. Ela vem de meio, muitas vezes, nas nossas escolas, extremamente vulnerável, extremamente precário de estímulos, então, claro que ela vai chegar na escola, mas ela não é uma deficiência, ela é a falta de estímulos, a falta de condições. O que a nossa professora faz? Orienta as professoras, faz formações com as escolas. Ela vai crescendo, ela precisa continuar, ela precisa, lá na PI, que essa profissional a acompanhe. A professora da PI vai acompanhar, vai conversar com a professora da EP, porque elas trabalham juntas, é por região, vão conversar e vão continuar atendendo essa criança, não vão parar. A gente faz todos os encaminhamentos para médicos, a gente sabe que talvez tenha algo além que a gente precisa ver o que é. É só uma consulta, é só um encaminhamento para fisio? Porque, às vezes, ela tem dificuldades motoras que precisam ser trabalhadas, e isso vai ser superado. Vai

chegar lá na parte da educação infantil fazendo a pinça, que disseram que ela não fazia. A gente precisa ter esse conhecimento. Ela não consegue, às vezes, o atendimento, ela vai para uma escola de ensino fundamental. Na nossa rede, nós temos uma lei interna nossa que a nossa criança não cai na vala comum da Seduc para o primeiro ano. Nós conversamos com as famílias, nós reservamos as vagas de primeiro ano onde se entende, com a família, que é o melhor espaço para aquela criança. Se a família não aceitar, tudo bem; se ela quiser escola do Estado, ela tem que se inscrever na Seduc. Mas, se for uma escola municipal, a professora já faz o encaminhamento da família, a família conhece a escola, principalmente se essa criança é uma criança que tem uma deficiência. Conhece a escola, conhece a professora da sala de recursos, começam a se fazer todos os encaminhamentos para que ela chegue bem lá no início do ano. Ela já sabe para onde ela vai, ela já sabe qual é a professora referência dela. Nós chamamos de transição. Fizemos essa transição, ela vai para escola, lá para o Giúdice. Lá, no Giúdice, nós temos três profissionais em sala de recursos. Temos a vaga, não temos a vaga, jamais negamos matrícula para uma criança. A única questão é ter a vaga, que, às vezes, nós não temos mesmo, e essa é uma demanda que no Município hoje está muito grande. Eu conversava com uma colega sua, conselheira tutelar, esses dias, e ela me dizia: “Eu preciso de uma vaga Josiara”. Eu disse que, naquela escola, eu não tinha mesmo a vaga. Onde é que está a criança? No Estado. Por que ela queria trazer ela? Aí ela me disse: “Porque [exatamente o que o senhor disse] tem a sala de recursos”. Eu respondi para ela: “Mas o Estado tem que dar também o atendimento”. “É mais rápido se eu levar ela para o Município.” Mas são dois processos, também tem que fazer com que esse serviço seja oferecido para as demais crianças, porque são as crianças, e as crianças de Porto Alegre não são todas nossas, das escolas municipais, e todas têm direito. Aí conversamos, para ver outra escola para a criança que fosse próxima, mas que fosse da rede municipal. Então lá ela passa a ser atendida pela professora da sala de recursos, que é um dos apoios. O monitor não é único, o estagiário não é único, a professora de sala de aula, reconhecemos e não negamos que estamos com déficit de monitores, isso a gente não nega, porque uma das coisas que eu aprendi na minha vida é me

constituir como professora e ser transparente. Isso eu aprendi, e é na sala de aula que a gente aprende isso, com os pais: se tu gostas, tu gostas; se tu não gostas, tu tens que dizer que não gostas, porque o pai sabe. Ele te olha e sabe e sente, a gente tem que ser verdadeira. Estamos com déficit de monitores. O que é que acontece? Os que tem, as gurias que são das salas de recursos estão colocando, estão organizando com aquelas crianças que têm maiores dificuldades de ficar na escola, que precisam de um apoio maior, ou que precisam da higiene, da alimentação e da locomoção. Nós temos os estagiários, e hoje, como o Município faz a contratação através do CIEE, deve estar sendo aberto esta semana um novo processo seletivo para os universitários se inscreverem, e ensino médio, na parte de curso normal, que são os estagiários de inclusão, que também fazem esse acompanhamento. Houve um edital em dezembro, mas teve uma procura muito pequena, porque as universidades entrariam em férias, então, a gente zerou o banco e agora está abrindo uma nova seleção. Nas Salas de Integração e Recursos, nós tivemos um concurso, que ele, se não me falha a memória, caducou em 2020, um concurso que tinha muitas pessoas no banco ainda, muitos bons profissionais. Com a pandemia, um profissional dava conta de tudo; pós-pandemia, não, só que aí nós não tínhamos mais o concurso para nomear. Precisamos abrir uma contratação, e foram contratados. Dos profissionais que se inscreveram, foram chamados 32, que já assumiram, estão nas escolas; 34 não aceitaram, se inscreveram, foram chamados e não ficaram. Hoje nós temos um banco zerado do contrato, provavelmente nós vamos ter que abrir um novo até sair o concurso. O concurso já está com as inscrições fechadas, sai a prova em abril para educação especial, mas até nós fazemos os chamamentos, os encaminhamentos, a pessoa tem direito a pedir mais 15 dias, nós estamos em agosto, e nós não podemos esperar. Hoje nós cuidamos, na secretaria, de 319 escolas, entre EMEIs, ESSEISs, ensino fundamental, e as quatro escolas especiais, mas, nas nossas 50 salas, nós estamos com 92 professores de sala de recursos, nas 50 escolas. Nós temos 11 professores do PTE, que são oito salas-polos do Programa de Trabalho Educativo para os meninos de 14 a 17 anos, nós temos 3 salas-polos com 4 professores de SIR visual, que fazem toda essa regional também; nós

temos 3 salas SIR altas habilidades/superdotação, nós temos 3 polos que atendem as regiões, e nós temos 3 salas de SIR EJA, que estão divididas em 2 polos, porque nós temos a escola CMET, é para alunos tanto no dia como na noite, é educação de jovens e adultos, e temos a escola EPA Porto Alegre, que tem a sua SIR lá dentro, que trabalha somente com moradores de rua. São as duas escolas que também têm uma diferenciação de trabalho. Temos 4 escolas especiais, onde nós recolocamos também profissionais este ano, professores que estavam faltando, que precisam ser professores da educação especial. Eles têm pedagogia e especialização, porque nós não temos mais, nas nossas universidades aqui, cursos de educação especial na faculdade. Nós só temos em São Carlos, que é uma universidade que ainda forma professores de educação especial em São Paulo. Eu digo isso, porque uma das coisas que a pandemia nos trouxe foi aproximação tecnológica, e a professora de São Paulo, com 30 anos de casa, faz muitas formações *on-line*, e a gente acaba aproveitando e tem que aproveitar esses momentos. Eu posso dizer para vocês que, sexta e sábado, eu passei no congresso, mas domingo eu fiz uma aula com a professora Rosângela Machado, que é uma professora que mudou a educação especial em Florianópolis, uma aula *on-line*. Isso a tecnologia nos trouxe, nos ensinou a fazer. Era algo que a gente teria que pegar um avião, ir a Floripa, ter que ficar num hotel, ter gastos. Hoje a gente consegue ter os melhores profissionais junto de nós, *on-line*. E eles deixam suas aulas gravadas no YouTube, são tão generosos, porque são profissionais de nome na educação inclusiva no Brasil. Tem uma profissional também que fez uma aula magna, que já deve estar indo para o YouTube, que é a deputada Andréa Werner, de São Paulo, que tem um filho autista. A Andréa morou na Suíça, traz a experiência que ela teve com filho dela, que não foi positiva. A gente pensa que é só no Brasil que as coisas não são boas, mas ela também passou por uma situação negativa fora do País, e hoje o filho dela está numa escola pública. Então também é uma defensora da escola pública. A gente sabe sim que escola pública tem muitos desafios, enquanto secretaria municipal, eu, que estou à frente da educação especial, temos sim muitos desafios, muitas demandas, mas existe algo que se chama humanização, e isso não requer muito. Tem algo maior que se chama

escuta. O pai precisa de uma escuta, o professor precisa de uma escuta, muitas vezes aquele menino ou aquela menina precisam de uma escuta. Nós saímos muito da secretaria. Se os senhores me ligarem, dificilmente, se os senhores não tiverem o meu WhatsApp, os senhores me encontraram. Eu não trabalho na mesa, eu faço o meu trabalho burocrático à noite e, durante o dia, eu estou muito à frente das escolas com professores, com colegas da sala de recursos, com pais, atendo muitas famílias que chegam com demandas. “Ele não fica, ele só fica uma hora, eu quero que fique oito horas, quando educação infantil, quatro horas.” Não, primeiro nós vamos lá visitar, porque existem algumas questões no grau de autismo da sua suportabilidade. Ele tem que chegar bem na escola, tem que estar bem e tem que sair bem. Eu estava numa escola em que ele chegou com a mãe, sendo arrastado, gritando, aí a professora pega, abraça, e a mãe junto. Eu tiro a mãe, primeira coisa, vamos levar a mãe e vamos conversar com a mãe, ele não pode chegar assim na escola. Passou um tempo, ele ficou muito bem, aí eu disse para mãe: “Agora nós vamos conversar”. “Ah, mas se a professora deixá-lo ficar na rede, ele fica o dia todo”. A escola não é para ficar na rede o dia todo, isso não é inclusão; que inclusão é essa que tu ficas dentro da casinha o dia todo? Que inclusão eu defendo, como professora que sou, se eu permitir que ele fique numa rede o dia todo? Ele até pode ficar, quando ele chega com muitas externalizações de comportamentos, um pouquinho na rede para se acalmar. Se acalmou? Vamos trabalhar, vamos para a sala, vamos brincar e tentar fazer as interações. Esse é o nosso papel de professor na hora da interação, esse é o nosso papel lá na sala de recurso, de tentar eliminar as barreiras que nós temos, porque nós temos muitas barreiras, e é o professor de educação especial muitas vezes que trabalha isso com toda a escola, é o professor especial que faz essa defesa com seus colegas. Resistência, senhores, temos em tudo; quem de nós já não passou por alguma questão de resistência ou porque não era suficientemente alto, ou não era suficientemente magro, ou porque não podia para aquele cargo, ou porque era mulher. Nós sabemos isso, nós vivemos na sociedade, só que a gente também tem que ir mostrando, também tem que ir conversando, também tem que ir dialogando sobre as resistências. E nós, enquanto sociedade, precisamos voltar a trabalhar

no coletivo; enquanto escolas, nós precisamos, sim. O plano desse aluno individual de sala de aula, de adaptações, é construído pelo professor da sala de aula, junto com a sala de recurso, junto com a supervisão, junto com a orientação. O meu plano de sala de aula de educação especial, se ele nunca foi meu aluno, eu vou precisar de uns oito encontros para fazer esse plano, porque talvez eu vá precisar ir na casa dele. Mas para que ir na casa dele? Para ver a família, para ver se vive bem, se vive mal? Não. Para saber por que essas reações aparecem na escola. Nada que aparece na escola é acaso. Eu tive, esta semana, às 8h, uma escola me ligando; o que que a gente faz? O médico... Eu não sou do conceito biomédico, por isso eu digo, tem coisas que nós vamos tratar com médico e nós vamos ir na interconsulta, tem questões que a escola vai tratar que são suas, tem questões que a família precisa tratar, mas nós precisamos juntar tudo isso, nós não podemos trabalhar separadamente, porque, no momento em que nós trabalhamos separados, nós perdemos essa criança, esse adolescente ou esse adulto. Então, me liga a escola, 8h, chegando na SMED, o que eu posso fazer? O médico deu 30 dias de afastamento sem nada de atividades. O.k., vocês têm que respeitar; se o médico mandou por escrito... “Não, mas eu estou aqui com uma demanda do conselheiro tutelar que ele diz tem que ficar as quatro horas na escola”. Eu digo: “Tu estás com cópia do que o médico mandou?” “Estou.” “Tu estás com cópia do que o conselheiro mandou?” “Estou.” Então, deve-se pegar essas duas coisas e ir no Conselho, fazer um registro, deixar registrado em ata – eu só estou dizendo isso para os senhores entenderem como eu trabalho: “O senhor vai pedir para o conselheiro registrar em ata que qualquer coisa que aconteça com essa criança, o primeiro a ser chamado é o conselheiro, depois a mãe”, porque nós temos uma demanda médica. Eu não sou médica, como eu disse para ela, eu sou pedagógico, eu não posso desrespeitar uma demanda médica, eu posso ir lá conversar com o médico e discutir com ele algumas questões, porque vai haver outras que são dele e ele vai me explicar o porquê. O que aconteceu? O conselheiro não conhecia aquela recomendação médica. E se nós, como escola, ficamos no meio disso tudo com medo da pressão, com medo da mídia – porque a mãe disse: “Eu vou trazer a Record!” –, e a gente fica nesse meio, o que acontece para essa

criança se ela entra numa externalização séria, porque era muito sério, ela estava em troca de medicação, ela estava em teste de medicação, e para quem não sabe aqui, quando eu tiro a medicação, começa um comprimidinho que é para deixar a criança calma, aí ela vai para a escola, vai dormir, e dá um rebote, dá um efeito contrário: ela se bota naquele vidro, ela quebra aquele vidro... Eu já vivi isso, eu já trabalhei em escola especial também, eu já vivi esses momentos. Aí tu sabes que é a medicação, mas tu tens que fazer uma contenção quando não há mais quase como conter, tu tens que ser muito boa em contenção, tu tens que ser grande, dependendo do caso, eu tinha um aluno de dois metros, eu jamais iria contê-lo corretamente, pelo seu tamanho, então eu sempre antecipava situações, e aí entra o conhecimento, tu tens que antecipar situações. Por que que eu trago tudo isso? Porque o que nós estamos falando aqui é muito importante, todos nós precisamos ocupar espaços de fala – o professor lá da escola também –, todos nós precisamos sentar, nos olharmos e sermos transparentes, conversarmos sobre o que está realmente acontecendo. Não é um monitor para cada criança que vai resolver os problemas, isso eu afirmo, respeito as determinações judiciais, por que nisso é cumpra-se, mas a gente pode dizer: eu já tive criança com monitor que se desorganizou, rasgou a roupa da monitora, bateu nela, e a monitora entrou em licença saúde. É um direito dela, claro; a criança não fez por mal, ela entende que não fez, mas tudo por uma questão gerada por a família entender que, no momento em que tem um monitor, ela tem que ficar. Não, gente, calma aí! Nós temos que respeitar o sujeito, por isso que nós temos muito que sentar e conversar, nós temos muito que olhar nos olhos. Eu respeito as posições políticas de todos os senhores, mas eu penso que em alguns momentos a gente põe isso acima de tudo; não é uma questão de ser, meu colega Alex, municipal ou não de cumprir, mas uma questão de verdade de escola. Eu entendo as suas colocações iniciais, entendo que nós talvez precisemos melhorar, e melhorar muito, mas nós também reconhecemos os desafios que temos e sabemos do que estamos falando. Considero esse espaço importantíssimo para a gente ir quebrando. Essa escuta que o Marcelo faz das famílias é muito importante, a escuta que eu faço lá é muito importante, a escuta que ela faz é muito importante, ela faz um atendimento que eu não

consigo fazer, porque eu sou pedagógico; ela já tem mais conhecimento que eu, porque ela é clínica. Vocês são uma escuta importante, porque a família sente que foi acolhida. Quer escutar, quer nos demandar, não tem problema, chamem, a gente está indo nas escolas, a gente está fazendo esses processos. Eu penso que a gente tem tanta coisa para trazer, a gente tem que pensar nessa autonomia da criança, a gente teria que falar sobre a autoria da criança, que a gente nem falou – por isso eu digo, é muita coisa –, e a gente tem que entender que o divisor de águas entre o tempo e o espaço, quando nós buscamos uma educação de todos e para todos, é o nosso compromisso e a nossa responsabilidade com a inclusão. Esse é um compromisso de todos nós, todos nós temos que fazer juntos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só complementar aqui, agradecendo a fala da professora; aqui não é uma questão política, viu, professora? Todos nós aqui, cada vereador tem sua opção política...

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Eu não falo em partido, eu falo política, a vida é um ato político.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Tudo bem, professora? Diga-me uma coisa: eu tenho aqui que houve apenas uma contratação de monitor no ano de 2023, até dia 13 de março. É verdade?

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Em 2023 estamos com 12, já chegou um profissional, é que eles têm que chegar.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Professores efetivos?

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Não, monitor. Professor é uma coisa, monitor é outra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Foi o que me passaram de lá.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: O quê? Monitor ou professor?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Até o momento a Secretaria Municipal de Educação nomeou, 2023, até dia 13 de março, apenas um monitor.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Monitor. Temos um que se apresentou e temos onze se apresentando. Eles vêm aos poucos. Doze já foram nomeados, um se apresentou e a gente tem que esperar. Quando a gente é chamado, a gente tem 15 dias, e se a gente pedir prorrogação, tem mais 15 dias. Nós estamos também com a demanda dos estagiários, também está se abrindo uma nova seleção, porque todos do banco já foram chamados, quem aceitou, e também os profissionais da educação especial, aí, sim, são professores. De 66, só 32 aceitaram, os outros não aceitaram assumir, então a gente está reabrindo um processo seletivo novo para contratação, porque o concurso vai ser em agosto e nós não gostaríamos de esperar para repor a nossa demanda só em agosto.

SRA. LETÍCIA MELLO: Eu gostaria de fazer uma pergunta também. Qual é a formação, os pré-requisitos para essa vaga de monitor?

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Para monitor é o ensino médio, a rede tem no concurso.

SRA. LETÍCIA MELLO: Sem formação técnica alguma para trabalhar...

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Eles são formados em serviço com os professores da sala de recursos. Hoje eu tenho monitores com especialização em educação inclusiva.

SRA. LETÍCIA MELLO: Sim, mas se eles têm o ensino médio...

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Eles entram com ensino médio.

SRA. LETÍCIA MELLO: Então quem entra hoje no concurso público, o pré-requisito é o ensino médio. Então a pessoa que está saindo do ensino médio, um adolescente, vai lidar com uma criança com necessidades especiais, sem conhecimento, sem formação e sem treinamento, o inicial. Depois, lá no fim da carreira, ele pode ter até pós-graduação, como tu disseste.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Não é no fim da carreira, eles estão inclusive trocando de carreira, estão sendo nossos colegas ao longo do percurso cedo, porque eles entram não tão jovens, nós não temos monitores tão jovens, nossos monitores já entram no mercado de trabalho com um pouco mais de idade do que um adolescente. A exigência do concurso é ensino médio, eles são formados em serviço.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O quanto é importante, né? Aqui nós temos a realidade.

(Manifestações fora do microfone. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Vamos passar, por favor, para a Carol.

SRA. CAROLINA ANADON CARVALHO: Sou CEO do Grupo Salutte, da Clínica Chiara, a gente tem um projeto de saúde mental, de acompanhante terapêutico, com formação, com qualificação. Para nós, é muito complicado tu veres um adolescente saindo do ensino médio... Qual é a qualificação e o preparo para trabalhar com uma criança com necessidades? E outra, aí é fácil dizer que não consegue conter, não é porque não tem dois metros de altura ou um metro de altura; é porque não tem a qualificação, não tem a técnica. Esse é um debate que vai muito além, mas eu não posso ouvir dizer que ensino médio, a gente trabalhando com isso... Eu sou fisioterapeuta há mais de 20 anos, então trabalho também com isso. Não posso ouvir isso dizendo que meu filho tem colega autista e ver que é o ensino médio que tu vais entrar e vais fazer a

monitoria para essa criança. E aí, como é que vai ser? Essa é minha questão. Obrigada, desculpa.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Aí nós temos que ter uma mudança até de lei, é uma mudança maior, não é só...

SR. CELSO PESSANHA MACHADO: Boa tarde a todos, sou vice-diretor da direção da Escola Aramy Silva. Quero agradecer o convite que recebi hoje. Há várias pessoas minhas conhecidas à mesa, o Gerson, com quem participo dos fóruns de segurança pública que acontecem lá na escola; minhas duas colegas, a Débora e a Jaciara; Ver. Alex Fraga, que já esteve nos visitando na escola; o Ver. Moisés Maluco do Bem esteve nos visitando. Eu estou citando essas pessoas porque a nossa escola tem uma característica que é a do diálogo. Então, desde que nós, eu e meu parceiro, assumimos a direção, meu parceiro Eduardo, que esteve visitando a Câmara hoje, pela manhã. A gente está procurando trabalhar com uma escola aberta, em que os pais estão frequentando mais e mais a escola. Inclusive hoje é de escola aberta, a gente abre de noite, daqui a pouco eu vou ter que ir para lá, por isso que eu pedi para me manifestar agora, para receber esses pais. Com esse diálogo, a gente está conversando com vários setores da sociedade. Por isso, inclusive, a visita desses vereadores na escola, o Gerson que já é uma pessoa bastante conhecida nossa, a gente tem vários diálogos com ele, e isso é muito bom. Eu quero dizer, em defesa do ensino público municipal, que os nossos problemas não são por causa do nosso fracasso. Os meus problemas na escola são em virtude do nosso sucesso. O nosso sucesso como escola pública municipal está me trazendo, hoje, problemas – vou explicar o porquê. Nós temos vários alunos, quase uma centena de alunos especiais, 35 autistas, até agora, quando eu vim para cá, pode ser que alguém tenha se matriculado durante a tarde, porque está sempre aparecendo. E o que acontece? O Conselho Tutelar, clínicas, pais indicam a Escola Aramy Silva como escola de referência, porque a gente acolhe muito bem. Nós somos altamente qualificados, eu sou doutor em matemática, meu colega de direção é doutor em linguística, minha supervisora de 6º ao 9º ano é doutora em psicologia.

Nós sabemos que estamos fazendo em termos de educação, embora, como falou bem o Ver. Alex Fraga, a gente não tenha feito nenhum tipo de qualificação mais aprofundada, a gente procura fazer os cursos quando aparecem em inclusão. Mas a gente reconhece que esse processo é importante para comunidade, e nós tentamos fazer o possível e o impossível para que as nossas crianças sejam tratadas com respeito e dignidade que eles merecem, e que a lei os protege. Nada mais justo que a sociedade realmente, na nossa opinião, deve ser assim. Como professor de matemática que eu sou, e a minha preocupação vai além disso, porque eu lidei com eles até dezembro do ano passado, do 6º ao 9º ano, então a gente quer que eles aprendam um pouco mais, que eles deem um passo mais adiante, e, às vezes, a presença do monitor nem tão qualificado assim – o ideal é que eles fossem qualificados – permite que haja mais um apoio na hora do professor planejar. Ele consegue mais tempo para planejar, consegue respirar melhor, isso é fundamental para que a gente tenha uma educação de qualidade. A nossa escola não é, não quer ser e nunca vai ser um depósito de crianças. Nós queremos que eles saiam dali prontos para o mercado de trabalho, para enfrentar. Nós temos ex-alunos com Síndrome de Down que fizeram estágio no passado conosco e estão no magistério se preparando para ser professores como nós – isso nos enche de orgulho. Nós temos o melhor projeto de trânsito, a gente venceu, no ano passado, o prêmio da EPTC, junto com um grupo de alunos autistas, eu era coordenador do projeto da escola até dezembro, na sua campeões Estaduais, ninguém ganha de nós, com aluno autista na equipe, que é monitor nosso, o Gerson sabe dessa história porque ele está sempre lá na escola, então isso nos enche de orgulho. Mas quando chega esse monte de gente para fazer matrícula, em virtude desse nosso sucesso, eu perco o sono, hoje eu acordei às 4h50min da manhã e fiquei pensando nisso e um monte de coisa. Eu perco o sono porque eu não quero que caia a minha qualidade, não quero que essas crianças fiquem lá jogadas. Eu quero que eles tenham orgulho da nossa escola. Eu quero que eles brilhem porque a nossa escola é feita para isso, para que as pessoas, os nossos alunos brilhem o máximo possível. A gente quer explorar ao máximo a capacidade deles. Neste momento, como disse a minha colega Jaciara, esta reunião é importante para

que a gente, acima de tudo, esqueça as nossas diferenças, cada um tem suas preferências e isso é assim mesmo, é da política, mas que a gente possa achar um meio comum, para a gente dialogar, conversar e fazer aquilo que é possível. Tem coisas que a gente sabe que são impossíveis, mas a gente pode dar um passo a mais. E esses monitores são fundamentais para nós, a gente não consegue operar. A escola tem somente sete monitores para quase uma centena de alunos. Na semana passada, três estavam com covid, e aí eu tenho que ligar para os pais e dizer assim: “Olha, o seu filho não pode vir à escola” – isso é terrível, isso nos massacra, faz a gente ficar com dor de cabeça, a gente fica bastante chateado. Vereador Medina, a nossa escola toca música, pode ir lá nos visitar, porque lá toca música, nos intervalos sempre é com música.

Então peço aos vereadores o apoio de vocês para que a gente consiga, se precisar de alguma lei, alguma coisa para facilitar para que a nossa SMED possa contratar mais pessoas, que a gente possa ter mais monitores, para que a gente possa fazer frente a essa demanda, que ela é fundamental para que a gente possa garantir. O que a gente conseguiu garantir até ontem, amanhã eu não sei, porque sem monitores a gente não vai conseguir. (Palmas.)

SRA. LETÍCIA MELLO: Desculpa, mas eu preciso me ausentar, porque tenho uma outra agenda. Eu gostaria de agradecer muito a oportunidade de estar aqui, espero que seja a primeira de muitas, que a gente possa debater muito. E eu acho que, talvez, a gente não precise alterações de leis, o que demora, mas, sim, uma adequação do que nós temos. Eu gosto muito de uma frase do Walt Disney, que ele fala que ele contrata as pessoas e ele treina. Então os monitores, com ensino médio, não têm competência em termos de conhecimento para fazer um manejo adequado, mas, então, treiná-los para isso.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: A nossa professora de SIR, uma delas que está aqui, a Ana, sabe bem como é que acontece o trabalho com os monitores. Eles não chegam na escola e vão para uma sala de aula sozinhos ficar com uma criança, não, eles são preparados, orientados pelas professoras da educação especial e, depois, inclusive elas vão fazendo os vínculos, porque elas já têm

vínculos com esses alunos e elas vão fazendo os veículos deles com os alunos. E o nosso número de alunos de inclusão muda muito, ontem ele era um hoje, amanhã ele é outro.

SRA. LETÍCIA MELLO: Muito obrigada. Desculpe-me, eu preciso realmente ir embora, mas fico à disposição.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigada, Letícia, daqui para frente nós vamos nos encontrar muito.

SRA. LETÍCIA MELLO: Com certeza.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Com certeza, para debater muito este tema. Já vamos para o encaminhamento, então, temos o Henrique, o diretor Mateus, a Kellen e o Gelson.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: Boa tarde a todos, quero cumprimento o Ver. Conselheiro Marcelo, agradecer o privilégio de estarmos aqui, cumprimentando as demais autoridades da Mesa, os demais componentes da palestra. Eu quero dizer que é muito importante este espaço de fala, e não se confundam, como é que eu vou dizer, com a emoção da Isabel, que é minha esposa, não se confundam, não se enganem, ela é uma leoa, se tiver que virar a mesa aqui, não tenho dúvidas, ela vai virar a mesa – não foi preciso. E ela é uma leoa. Ela que nos trouxe até aqui, se a gente tem algum mérito, Lorenzo, é verbal. Tem uma empresa comercial, a Comercial 4K, no Instagram, ele toca, canta, imita, hoje está um pouco acanhado porque é muita gente, o Gelson conhece, já estive lá em casa, o Ver. Marcelo. O Ver. Alvoni Medina comeu um churrasco conosco lá no fundo, nós até fizemos uma fogueira de São João. Então não se confundam com essa emoção, porque ela é inerente à nossa condição. Nós, pais de autistas, viemos emocionados, chorando, pedir... Quando alguém diz: “Ah, segundo lugar não serve” – é melhor do que nada. E inclusão é isso, ainda é muito incipiente. O Município – eu não sou partidário do prefeito –

está de parabéns, não é à toa que as pessoas vêm na porta do Município, na porta do vereador, é porque aqui nos ouvem, aqui nos atendem, é porque aqui a gente tem este espaço. Então este local aqui de fala, eu diria que é quase sagrado. Agradeço o professor Alexandre, o Ver. Alexandre. E dizer o vereador – eu não vou dizer o nome dele porque é uma barbaridade o que ele tem feito –, não é uma proposta pedagógica, ele tem feito é uma perseguição à questão da inclusão. Eu sou formado em direito, a minha esposa também, já pensei inclusive representar contra ele, porque é de uma violência tamanha que nem ignorância ele pode alegar, nem se esconder atrás da ignorância ele pode, porque é muito violento. A nossa emoção é para aquelas crianças que estão lá no fundão, lá na vila, que não têm o que comer. A Isabel e o Lorenzo têm um projeto, desde que iniciou a pandemia – e aí a gente tem milhões de amigos ajudando –, de entrega de cestas básicas. Começamos com três cestas básicas, a última vez o Dunga nos ajudou a entregar, o Ver. Marcelo também, foram 200 cestas básicas. As pessoas estão passando fome, que é uma necessidade básica, urgente. Então é muito bonito nós teorizarmos, eu quero agradecer, eu vou sair daqui enriquecido, mas quero dizer que a teoria é bonita quando a barriga está cheia. E lhes fala aqui quem já andou descalço, eu fui alfabetizado aos 15 anos, professor, eu era analfabeto com 15 anos de idade. Fui alfabetizado na Zona Sul, no Guarujá, por um senhor que me recolheu na rua – isso é inclusão. Essa é a nossa emoção. As leis todas estão postas, dizer que tem que cumprir a lei é chover no molhado, porque é a nossa obrigação, ninguém pode se esconder na ignorância. Quando um vereador de Porto Alegre pega a tribuna para falar de não inclusão, para agredir, para violentar as pessoas que não têm condições de se representar, ele não merece ser vereador, ele não é digno do voto de ninguém, mas ele há de entender isso um dia.

Quero dizer que o BPC, que é uma lei federal, só exclui, não inclui, porque ela tem um critério ridículo, o sujeito tem que ganhar um quarto do salário mínimo, mas, se tiver quatro pessoas na casa ou duas que ganhem meio salário mínimo, não ganha o BPC. Pois então o BPC não está atrelado para aquela pessoa que tem uma condição, eu sei que essa competência não é dos vereadores, nem do nosso prefeito, é da legislação federal, mas não inclui. E tem muita gente com

essa lógica, parece mentira. A gente se desemprega ao trabalho frio, a gente está no Brasil, a gente tem um jeito, como dizem os argentinos: *echa la ley echa la trampa*. Para ganhar um salário, o sujeito vai para a informalidade, para ilegalidade para ganhar um mísero salário mínimo, mas é disso que nós estamos falando, da ignorância, da brutalidade que o Estado pisoteia o sujeito que ele é obrigado a esperar e vir num espaço destes aqui e dizer: “Não pode ter segundo grau.” E a gente conhece os monitores lá, que são só dois, na Escola Vereador Antônio Giúdice, e tem um garoto que é sensacional, ele nos deu uma aula outro dia, porque a gente é pai chato!

Quero dizer para os senhores que o Lorenzo foi eleito conselheiro escolar no segmento alunos, ele foi eleito! Os colegas dele, na Vereador Antônio Giúdice, disseram que o Lorenzo é nosso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: Político... Também, é verdade, é um fato, muito bem colocado.

Quero agradecer e elogiar muito o trabalho que foi feito aqui hoje, eu acho que a gente sai enriquecido. Pelo menos, todo mundo provocado, todo mundo emocionado. Quando eu vejo a minha mulher chorando, eu lembro de um fato que eu saí daquela reunião, que ela fala, com o psiquiatra, eu saí chorando, acabado, e ela me cutucou e disse: “Olha aqui, cara, decide agora se tu vais ficar ou se tu vais embora, mas tu vais ficar, tu ficas cem por cento, tu vais conosco cem por cento; mas se tu não vais, vai embora agora, mas vai cem por cento!” E aquilo me acordou e eu disse: “Vou ficar, eu não tenho tamanho de grandão, mas eu sou valente, pode acreditar”, e aqui estou eu. Quero dizer que escola de inclusão, com todo o respeito ao diretor, ao doutor, é a Vereador Antônio Giúdice. O Lorenzo chegou na primeira série lá, e vai sair agora, no final do ano, para o segundo grau. E a gente é chato, a gente vai lá e diz: “Oh o professor disse que usar droga...”, e eu estive lá e disse: “Eu não fui na delegacia registrar um BO em respeito a vocês”. E aí vai conversar, não foi bem aquilo, a professora falou alguma outra coisa, a gente entendeu. Isso é inclusão, é respeitar o espaço.

Quando a gente vê, em determinado momento, um professor levar uma facada e morrer, é isso que está acontecendo, ninguém mais respeita autoridade. Está aqui o Lorenzo, desde o primeiro dia de aula, eu dizia para ele: “Professor é autoridade – professor é autoridade! –; a mãe é sagrada, a gente obedece; o pai a gente contesta”, porque faz parte mesmo da contestação, da evolução como homem. E quero dizer para vocês que tem um centro de referência de Porto Alegre, é preciso que os vereadores provoquem o prefeito, eu sei que isso está tramitando por uma questão legal de legislação, mas os vereadores precisam dizer: “Prefeito, não vamos deixar para a reeleição para inaugurar. Vamos inaugurar agora, tira as fotos depois”. Vamos votar no homem, mas inaugura esse troço logo, porque são quatro eixos, e a Isabel... três eixos. Eu já queria quatro, bota mais um aí...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)³

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: ...passa também, eu sou da comissão desde a primeira sementinha, a gente gestou. Assim, demora, é a burocracia, mas, graças a Deus, o edital já está no final, já está com a empresa, já está sendo cumprido e, se tudo der certo... eu não quero dar datas, porque é muito ruim, mas dentro de menos de um mês ele já está inaugurado. Foram dois anos de muito trabalho.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Aqui nós tivemos um projeto, que eu fui o primeiro a encaminhar para barrar, que era de os conselheiros tutelares sem fazer a prova, quem já estaria não faria a prova, só quem está chegando. Aí eu pergunto nessa linha: que tipo de prova faz esse, embora tenha ensino médio, é a mesma coisa que o conselheiro tutelar, que tem ensino médio. Dá uma noção para nós de como é essa prova do monitor.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: É uma avaliação feita por uma empresa, como é a dos professores, tem a parte de português, é um concurso com conteúdo, tem que saber o ECA, tem que saber as suas funções dentro da

legislação, também tem que saber de legislação, ele vai ter que estudar. Por isso que eu digo para vocês que não chegam, para nós, monitores jovens, porque o jovem lê o que é o papel do monitor, o que ele faz, estão especificados todos os conteúdos. Tem legislação – uma das legislações é o ECA, a outra são alguns artigos da nossa Constituição, que ele tem que saber também, que entra em todos os concursos. Então, não é uma pessoa que vai lá, que diretamente vai atuar; não, tem toda uma seleção. E aí tem os trâmites. E isso que o pai está dizendo ali é verdade, nós trabalhamos dois anos, trabalhamos muito nessa construção, e algumas barreiras foram... porque vocês sabem, é verba pública, e está correto. Mas vai para a PGM da educação, vai para PGM da saúde, vai para PGM da SMDS e volta. Porque são três eixos FASC, SMDS, educação, saúde, mas também tem a interligação com os esportes – aqui eu e a Lisa Já estamos trabalhando para os Jogos Paraolímpicos em Porto Alegre. Então, a educação não é sozinha, o esporte não é sozinho; e eu acredito nisso, nesse trabalho de rede, que a gente tem que compor juntos, mas logo, logo, esse centro vai...

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: Que Deus ajude!
Encaminhando para o final...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Só quero dizer para o pai o seguinte: quando eu falo da política, é da boa política.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: Claro, da boa política. E quero dizer...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Nem todos os políticos são iguais.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: E quero dizer, para corroborar o Ver. Cassiá Carpes, que existem ótimos políticos, não só aqui no Município, como Estado e na União...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Assim como tem ruins...

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: Como tem ruins, como em todo lugar.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): O político não veio de Marte, veio do meio da sociedade.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: É isso, tem padre ruim, tem jogador ruim...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): E ganham bem...

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: E ganham bem. (Risos.)

Então, para encaminhar para o final, vereador, e não tomar mais tempo, eu quero dizer que inclusão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: Vereador, eu ia convidá-lo, mas não vai dar agora... (Risos.)

O negócio é o seguinte, para encaminhar para o final, quero dizer que inclusão é um projeto de uma professora aposentada da Escola Especial Elyseu Paglioli, que é uma inclusão do Município de Porto Alegre, a prof.^a Eliana, que está sentado aqui conosco. Ela se aposentou, recolheu essa criançada e criou um projeto chamado Banda Malucos Beleza. Levanta para nós, professora, por favor. (Palmas.) A prof.^a Eliana, gente, rapidamente, ela se aposentou, e tinha uma turma dela na Escola Elyseu Paglioli, ali no bairro Cristal, e um dia eu estou num determinado lugar, aqui na Grande Loja Maçônica, ela levantou, era aberto ao público e disse: “Eu tenho um projeto com crianças síndrome de down e autistas e ninguém nos ajuda, a gente precisa de instrumentos.” Eu falei: “Está falando comigo”. Cheguei em casa e disse: “Isabel, nós precisamos arrumar um

tambor, um negócio”. E nós estamos lá, o Lorenzo é um dos vocalistas, são 16 crianças, e a gente quer convidar vocês para primeira festa inclusiva de Porto Alegre, que vai ser no dia 6 de maio, das 17h às 21h, na SAC, Rua Curupaiti, nº 925. A Banda Malucos Beleza vai se apresentar sob a coordenação da prof.^a Eliana, e vão ter os DJs Besouros. Os DJs Besouros são uns caras fantásticos que nós conhecemos, todos com síndrome de down – todos! –, um deles é executivo da banda, vende os *shows*, andaram fazendo *show* até em São Paulo, os caras são feras. E nós já os contratamos. Quero dizer que a gente espera vocês, secretária, a senhora é nossa convidada, o ingresso é social, R\$ 10,00 e um quilo de alimentos – os alimentos serão doados para as famílias autistas que estão em situação de vulnerabilidade social. Eu acho que eu já dei todos os recados, quero agradecer à prof.^a Eliana uma vez mais; à prof.^a Ana, da SIR, que muito nos atura; ao diretor da Escola Vereador Antônio Giúdice; Enfim, quero dizer para vocês, gente, que o autismo não tem glamour nenhum, o Lorenzo é nível um de suporte, e é um cara fantástico, conta piada, canta, mas ele também tem as crises. Graças a Deus, nós temos três virtudes: colorado, gaúcho e macho! Filho meu gremista nunca! (Risos.) Apesar de que a mãe dele é gremista... Então, gente, quero dizer para vocês que é muito importante, vereador, e quero agradecer novamente por estes momentos aqui, porque a gente sai enriquecido, e eu saio com esperança renovada, porque tem autoridade, tem gente que tem capacidade para tocar o projeto adiante. Muito obrigado, uma boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Diretor.

SR. MATEUS CENIDE OLIVEIRA: Falar depois do Henrique é complicado. Então, obrigado pela oportunidade, obrigado, Henrique, obrigado, Isabel, tem a minha amiga da SIR aqui, a Ana, Josiara, Débora, vereadores, todos os que estão aqui, que compõem a mesa, e os que estão na plateia e aos que não estão aqui, aos que estão na escola neste momento, para eu poder estar aqui, estão atendendo os alunos de inclusão. Eu quero trazer na minha fala, e prometo ser breve, a preocupação, a ansiedade do grupo de professores pela dificuldade de

atender essa demanda e o desejo. Então, a gente tem muita angústia, e aí eu fiquei com inveja aqui da EMEF Aramy Silva, eu trabalhei na Escola Especial Elyseu Paglioli por três anos, que é próxima da Aramy Silva, não que a gente não faça, a gente faz muito, e faz muito mesmo, obrigado por tu teres falado, advogou para mim. Mas acho que tem bastante coisa para a gente aprender, para a gente poder trocar, e são experiências muito boas. A gente tem muita dificuldade lá na sala de aula, os professores estão angustiados, a gente teve uma reunião semana passada com a Josiara, o pessoal da educação especial, com a coordenação do ensino fundamental, da nossa preocupação também de como lidar. A conta não está fechando. Quero aproveitar para fazer uma sugestão, e aí vamos ao termo local de fala, eu já escrevi um trabalho sobre isso. Bem, eu sou de formação de educação física, eu fui fazer psicomotricidade relacional para poder trabalhar com alunos de inclusão, não sabia como lidar, e eu tive a grata experiência de... e acho que falta psicomotricidade relacional neste Município. Eu tive a grata experiência de, o cara que trouxe para o Rio Grande do Sul, o Airton da Silva Negrine, ele fazia uma formação extremamente interessante na origem da psicomotricidade, um terço teórico, um terço prático e um terço terapêutico. Então, eu fiz formação para trabalhar, fazer terapia de corpo, eu não atuo como terapeuta, já apliquei algumas vezes. Mas a parte prática associada à teórica trazia uma coisa muito interessante que se aproxima aqui em Porto Alegre, a discussão de caso a caso. No segundo semestre dessa especialização, a gente tinha atuação, então eu atuava como psicomotricista no La Salle, em Canoas, e a Secretaria de Assistência Social captava em todo Município, trazia crianças para essa sessão. Então, a gente atuava com crianças ditas normais, típicas e atípicas, e era ao vivo e a cores. Acabavam uma sessão, eu era observador numa na outra era o atuante, fazia um intervalo, era duas horas de discussão caso a caso. Então, é uma possibilidade para uma questão de formação continuada, que é isso que a SIR acaba fazendo também. Entendo aqui também a tua preocupação que é a minha, porque Novo Hamburgo teve, agora voltou a ser a mesma secretária... e eu e o Henrique temos divergências partidárias, mas o Henrique é meu amigo pessoal, ele me trata com o maior respeito, ele tem contato com os meus filhos, e eu tenho contato com o filho dele.

Isso é rico, é maravilhoso, e hoje quem é a secretária foi minha professora, e ela foi minha colega, em Novo Hamburgo, por muito tempo. E lá teve muita psicomotricidade relacional, então, eu deixo outra sugestão... e não é a única prática que vai resolver o.k., mas é mais uma opção, e eu sinto muita falta disso. Eu, como diretor, não consigo atuar nisso, porque a gente tem “n” demandas, sou estudante também, sou doutorando de educação. A gente sempre está correndo atrás, a Giúdice assim como a Aramy, pelo que eu vi, é muito procurada. Em Novo Hamburgo, eu me deparei com um problema, que é a mesma preocupação que tu tens. Em Novo Hamburgo, eles tinham um programa Aprendendo e Fazendo. Como é que se dava esse programa? Eram capacitados estudante de Magistério, e a prefeitura pagava o curso de Magistério, e, no turno contrário, atuavam com alunos de inclusão. Então, eu comecei a atuar com psicomotricidade relacional, e eu me deparei com um problema: aqueles que mais precisam estão trabalhando com quem menos sabe, que é a tua preocupação e preocupação da colega que sabe. Então, eu comecei a fazer a formação continuada, estar preparando, estar capacitando. Claro que, se a gente puder fazer lá na base, na seleção, maravilha. Então já deixo o recado para os vereadores: votem um projeto de lei que aumente o nosso salário e o dos monitores – já me coloquei no meio. Porque Porto Alegre vai voltar a ser ponto final de carreira e não trampolim para os municípios da região. Por que este é o quarto município em que eu sou servidor e hoje o que eu vejo – meu sonho era, eu sou de Porto Alegre para morar pequeno em Novo Hamburgo. Meu sonho era voltar Porto Alegre, voltar como professor, para o debate, democracia... cheguei aqui e vi muita demagogia. Eu sou viúvo de algumas práticas da influência alemã na educação, eu não sou alemão, fui pequeno para Novo Hamburgo. Por que essa ideia de cuidar da educação... e eu perguntei – o meu orientador, é o ex-reitor da ULBRA, professor; ele estudou na universidade de Leipzig, do Lutero – : o que que eu sinto de diferença quando o meu sonho de estar em Porto Alegre é vir de novo; fui concursado em Dois Irmãos, em Morro Reuter, em que um dia por semana, durante uma hora, toda cidade parava para ler. Toda a cidade: as empresas pararam para ler! E 10 anos de Novo Hamburgo e eu venho para Porto Alegre. Eu pergunto: eu sinto falta? E ele: “Na cultura alemã” – eu sou um

professor que pesquiso cultura afro-brasileira na educação –, “quando abre uma igreja, abre uma escola”. Então a questão da reforma protestante – não estou defendendo a questão luterana –, mas tem um cuidar da educação. Então, o que que eu interpreto disso? Se é para mexer na educação, que seja para melhorar. O debate tem que ser sério, tem que ser firmado de uma forma contínua e longe da demagogia, porque eu estou falando aqui, e o pessoal está lá abaixo de mau tempo. E muita gente está abaixo de mau tempo. Deixo essa outra sugestão, do aprendendo fazendo – tem outro nome. É uma possibilidade de a gente sempre estar formando continuamente, e que Porto Alegre seja o ponto final e não mais: “vou para Porto Alegre...” para estagiários Viamão está pagando mais o pessoal; o pessoal está indo para Guaíba.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Os estagiários estão indo para as escolas particulares, porque são muito bem preparados dentro das escolas e eles estão ganhando muito bem como estagiários nas escolas particulares.

SR. MATEUS CENIDE OLIVEIRA: Inclusive Porto Alegre está servindo de trampolim de formação.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA: A escola particular não está dando vaga para autista ou para inclusão porque eles querem cobrar mais, então, para não dar incômodo, eles dizem que não tem vaga.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Eu tenho muitas crianças da escola privada, não vou trazer esse debate aqui porque não é o que nos interessa, mas só para dizer para os senhores que eu sei porque esses pais passaram por mim para uma entrevista, eu fiz uma acolhida inclusive. E não é um, às vezes, o pai tem filhos autistas e os dois estão conosco na rede pública hoje.

SR. MATEUS CENIDE OLIVEIRA: Finalizando, Marcelo, para não monopolizar o tempo, eu prometi ser breve. Eu agradeço a oportunidade, e o movimento que vocês fazem de esse debate estar ocorrendo; que ele continue, que eu saia

daqui capaz de dar uma esperança para os meus colegas lá – que é o pessoal pó de giz, como eu sou, que está lá na base. Parabéns a vocês, me encanta ouvi-los; me encanta ouvir a Isabel, que é a minha amiga e aceitou o convite à minha provocação de essa escola ser realmente inclusiva. Então, vamos colocar o Lorenzo de candidato, e a Izabel? Como assim? Eu: ser essa escola realmente inclusiva, vamos colocar. e ela estava com medo, eu a provoquei, e hoje a gente tem o Lorenzo – como membro do Conselho Escolar, e essa é a diferença. No momento em que eu estou como professor, como diretor – qualquer área de formação profissional – a diferença é o que a gente consegue fazer com a nossa presença, que não ocorreria se não fosse a nossa presença ali. A diferença é o que ocorre contigo que não ocorreria semtigo. Então, se hoje a gente tem o Lorenzo – e que bom que o Marcelo tem essa proximidade com a Isabel, é um vereador que é meu vizinho – eu tenho também a Presidente do Conselho Escolar, que é a Isabel, que foi uma surpresa boa. Então fecho aqui, deixo algumas sugestões, aguardo o encaminhamento. Eu busco dois, daqui a pouco, então peço desculpa eu tenho que sair para correria também. Obrigado pela oportunidade. Parabéns a todos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Sr. Gelson está com a palavra.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Como diria uma pessoa que eu conheço, tamo junto. Depois de ouvir tudo que foi dito aqui, quem sou eu para expressar alguma coisa contrária a cada uma das palavras que foram ditas, por mais, Ver. Cassiá, a segurança está presente em tudo. Quando o senhor disse no início: a segurança está aqui por que nós convidamos, é porque a gente está presente em tudo hoje. Quando fala na contenção, choca.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): A segurança está com os Direitos Humanos

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Não.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Por isso que eu fiz questão de dizer isso, está aqui conosco, com o Procon, com todas as entidades, não excluí a Brigada. Eu expliquei porquê, porque, para muitos dá a impressão de aqui não é lugar dela.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: A gente está mudando a concepção de polícia. Não existe mais a questão de segurança; esse poderio bélico, esse poderio de polícia que ataca. Hoje nós temos o combate à violência, tratando as causas sociais, a inclusão que nós temos quando falamos. E aqui eu vou ser bem rápido e dizer que é um prazer estar aqui com os senhores. Essa atitude dos senhores aqui desta Casa de fomentar a conversa sobre esse assunto importantíssimo. Quando falam com o diretor a gente vai lá no Aramy; não se falou aqui que a gente quer colocar, lá no Aramy, também a horta comunitária, que é para as crianças lidarem com a terra, e isso é muito bom.

Nós vamos sim..., quando vocês quiserem comer uma cueca virada, vão na casa da Isabel. A Isabel é onde se come a melhor cueca, ali não tem igual. E outra, ele diz leva quentinha porque eu saio de lá para levar para minha esposa, para o meu filho.

SRA. ISABEL CRISTINA FERREIRA: Mas eu tenho que dar um crédito, não sou eu que faço, é a vizinha.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: É que o povo que se reúne lá, é por uma boa causa. Parabéns a esta Casa por discutir esse assunto, porque a gente se conhece e a gente aprende a conhecer pessoas, como o pai do Chiquinho aqui, que é um querido, que estava meu aniversário.

Dizer que esta Casa tem parlamentares que têm autistas nos seus quadros, que contrataram autistas para trabalhar junto, por quê? Porque verificam a importância da inclusão. Muito obrigado por ter me propiciado, Marcelo, estar aqui. E dizer que a gente vai, sim, eu também tenho e eu acho que quem não tem um parente ou um amigo que tem alguém com esse problema. Eu também tenho, assim como aquela senhora que estava aqui da Secretaria de Esporte.

Olha o problema, a gente tem na família deficiente que saiu lá de Santa Maria, fez curso de Direito, morava no sem teto hoje está aqui em Porto Alegre advogando, por quê? Porque isso é inclusão. Cada um aqui, se a gente deixasse, nós iremos conversando até amanhã de manhã – a PGM junto, a Prefeitura junto, os vereadores junto, a Câmara de Vereadores como um todo. Então muito obrigado. Saio daqui felicíssimo com os assuntos que foram tratados. E digo mais, nós também temos que aprender a lidar com o nosso efetivo. O nosso efetivo tem que ser instruído a lidar porque, quando a senhora fala em contenção, eu acho que o nosso efetivo que faz o policiamento nas escolas, vai ser o primeiro a ser chamado. E tem muitas coisas que acontecem, por exemplo, uma criança gritando num supermercado que causa alvoroço, todo mundo reclama e a gente vai ver que lá no fundo é um autista. Lá onde eu moro, somos de uma classe razoável e dava muita briga de casal, e a mulher – a gente aprendeu, a gente conheceu e a mulher – a esposa disse: “Pois é” – é que o pessoal vai lá reclamar dos gritos –, “é que eu tenho um filho autista”. Eu, graças a Deus, tenho os meus filhos; agora, eu olho para o lado, tem muita gente que precisa de ajuda, que precisa ser incluída. Sofrer é a gente estar presente naqueles momentos em que a gente precisa de um ombro. A gente vai lá, a gente brinca, conversa trata dos problemas, mas de uma de uma maneira diferente. Muito obrigado, mais uma vez, vereadores. Muito obrigado, Cassiá, Marcelo, por me propiciar de estar aqui. Um abraço. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A Sra. Isabel está com a palavra.

SRA. ISABEL CRISTINA FERREIRA: Eu queria parabenizar a Mesa, toda a composição e todos que vieram. Em nome da assessoria técnica pedagógica da SMED, eu queria só trazer um breve relato do Aramy e do Judice, toda a assessoria técnica tem visitado as escolas e tem realmente presenciado o trabalho efetivo e gratificante. A Aramy Silva é uma escola que eu atendo, eu sou assessora também, então, eu acompanho de perto esse trabalho. Faço um convite a quem quiser conhecer os trabalhos desenvolvidos pela sala de recurso,

acompanhado pela coordenadora Josiara. Então, nesse momento, nós temos outras escolas referência com trabalhos desenvolvidos, montados. Hoje mesmo, nós tivemos numa escola na Lomba do Pinheiro que tem um excelente trabalho. Então fica o convite, e estou à disposição a quem precisar acessar as escolas. Quero convidar a todos, no dia 02/04 agora, no domingo, estaremos na caminhada do autismo, é o dia da conscientização do autismo, na Redenção, ali na no Arco do Expedicionário. Estaremos nós do MOAB, estará o pessoal do TEAcolhe. Dizer que a gente, do MOAB, participa também do TEAcolhe e também do Comdepa, que é o conselho. Então a gente está presente, sim, e vai estar também pessoal da Otimismo e Vida. Infelizmente algumas das outras associações vão estar ocupadas com outros atos, mas a gente gostaria que vocês multiplicassem isso, que tivesse realmente mais pessoas lá nos apoiando. Obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Isabel. A Sra. Kellen Dilu da Silva.

SRA. KELLEN DILU DA SILVA: Boa tarde, pessoal. Eu sou chefe de gabinete do Ver. Marcelo, e essa é uma pauta em que a gente na luta há muitos anos pela inclusão, por toda a nossa jornada de trabalho – em 99 eu comecei essa jornada de trabalho indo dentro das comunidades, ouvindo as famílias e sempre me especializando. Eu sou uma eterna estudante, como o vereador falou, já estou na minha terceira graduação, então agora fazendo medicina, porque, sim, eu entendo que nós temos que buscar formas de incluir, mas não incluir só na escola, não incluir só no serviço de assistência social, é incluir o ser humano e dar autonomia para ele, para que ele possa então estar incluído em tudo aquilo que ele quiser fazer parte. A gente discute, discute muito, e pouco se coloca em prática. Quando a gente vai para dentro de uma comunidade, onde eles não têm o básico, não têm saneamento básico, a gente bate numa casinha que é quase de papelão. E aí como é que essa mãe vai identificar que o filho dela tem alguma condição atípica? Ela não identifica. A porta de entrada é na escola. Todos nós aqui, se estamos aqui hoje, é porque passamos pela escola. Então é onde nós

temos que dar as mãos e puxar pela escola. Entendo quando a colega ali fica um pouco mexida emocionalmente com essa questão: e qual a formação? Sim, precisamos falar de formação para as pessoas que estão na ponta, porque são elas que vão fazer a diferença, e antes de sermos psicóloga, supervisora do gabinete do vereador, nós temos que ser bons seres humanos; temos que ter empatia, temos que desenvolver isso nas pessoas, porque a empatia é eu me no lugar do outro e entender que o outro não vai ter o mesmo acesso que eu tive. Eu não vim de berço de ouro, mas eu pude fazer uma formação fora do Brasil enquanto eu fazia psicologia, porque eu fui atrás, eu tinha essa percepção de ir atrás. Fiz parte da minha formação em medicina fora do Brasil, e eu fui atrás disso, porque, aos pouquinhos, com as pessoas que eu ia encontrando no meu caminho, eu ia buscando isso, mas aquela pessoa que está lá, como o Henrique nos falou, que não tem o que comer, ela não vai ter essa mesma desinibição, essa mesma coragem que eu tive, de largar tudo para trás, botar uma mochila nas costas e ir em busca. Para quê? Para tentar fazer a diferença, para estar aqui hoje, junto com o meu vereador, que eu tenho o maior orgulho desse trabalho de a gente poder estar tendo voz, a gente batalhou por isso muitos anos, para poder ter essa voz; ele foi conselheiro tutelar muitos anos, me mandava algumas demandas e me dizia: “Kellen, tu consegues.” Por que eu conseguia desvendar algum caso difícil que vinha? Porque eu estava ali de igual para igual; eu acolhia aquela criança, eu acolhia aquela família de igual para igual. Então eu criava um vínculo, nós temos que ter vínculos. A pessoa tem que entender que ela não é um cargo, que ela não é uma profissão, ela está naquele momento a serviço disso. Então no momento em que nós colocarmos nessa posição, vai passar a existir a inclusão. Então eu deixo essa mensagem para todos: empatia é a chave para que a inclusão possa então realmente acontecer. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Vou passar para o meu colega Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, presidente. Eu tenho duas sugestões para encaminhamento, se houver concordância dos demais colegas; a primeira, as servidoras da SMED colocaram que estão planejando a liberação de editais para fazer contratação. Eu acho que podemos oficialar a SMED, o gabinete do prefeito e a Secretaria de Administração para que deem celeridade a esse processo, visto a necessidade da rede de material humano para trabalho, e, também, dentro desse ofício, solicitar que o Executivo mande um projeto para contratação emergencial e temporária de servidores para desempenhar as tarefas de monitor e professor de educação especial, porque a necessidade é grande, a demanda é alta. Daí nós precisamos de material humano, sem pessoas não se faz educação. Então essa é uma sugestão. A outra é mais uma provocação nossa, aqui, interna. Eu já usei a tribuna da Câmara para provocar o Presidente Hamilton Sossmeier, porque nós temos dez vagas disponíveis ao PTE aqui na Câmara de Vereadores, mas só sete estavam sendo ocupadas. Então, de repente, vamos, como comissão, como CEDECONDH, conversar com o Presidente, para ver se ele agiliza o chamamento de mais treze estagiários, porque o PTE é um programa importantíssimo, é um programa que faz a conexão justamente do jovem que está lá na nossa rede, justamente para abrir mercado de trabalho para essas pessoas. Então é uma provocação para nossa comissão dentro aqui da Câmara.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Para vocês verem, gente, que esta comissão, na minha presidência, nós estamos tendo essa liberdade de resolução, sem vaidades, porque aqui todos somos capacitados em diversas áreas, e quando é em determinada área, nós sempre respeitamos e sempre procuramos fazer com que os vereadores pautem e sigam para essa contribuição de qualidade desta comissão. Então, com certeza, vamos acatar, será acatado. Já recebi elogios, porque essa comissão não para, que a gente está trabalhando muito, inclusive trazendo a comunidade para cá, trouxemos a coordenação do Conselho Tutelar, e quero dizer aqui para os colegas que deu

muito certo; através do nosso chamamento da CEDECONDH, para que seja uma eleição justa, para que tenha uma eleição de igual para igual. Essa questão da prova também, que queriam que quem tivesse sido conselheiro por um ano não precisasse fazer prova. Não! Tem que fazer prova! Derrubamos por unanimidade, e até fizemos questão que o vereador que propôs esse projeto de lei, levei ele até a coordenação dos conselhos tutelares, até para ele ouvir também da real realidade, e, sim, de 80 questões, vão ser 60 questões. A distribuição das urnas vai ser redirecionadas. Por que o que acontecia? Tinha escolas e bairros, que tinham um número muito expressivo de votantes, que tinha duas urnas, onde pessoas tiveram...

Secretário Henry, seja bem-vindo secretário,

Então nós conseguimos fazer com que entendessem a necessidade dos conselheiros tutelares e da eleição. Não é questão política e sim uma questão igualitária para todos, sendo que na eleição passada, até eu participei do processo, tinham pessoas que ficaram três horas na fila para votar, e agora, essa eleição vai ser diferente, a Fundatec é que vai ser responsável pela prova, pela banca, e também as pessoas que vão trabalhar no dia não vão ser os servidores, vão ser pessoas contratadas através dessa fundação, para que se tenha uma eleição justa, igualitária e sem problemas, porque nós temos que ter conselheiros capacitados, porque não é uma simples prova. A prova é um obstáculo, depois tem a eleição, que é o mais difícil, não adianta passar na prova e não ter voto. Então são vários processos, tem curso de capacitação, inclusive nesta Casa nós abrimos, e vai estar dando um curso de capacitação para os conselhos tutelares, também estamos montando, e já convido os colegas aqui, para nós proporcionarmos também um curso capacitação para eleição do Conselho Tutelar, que ocorrerá em outubro agora. Então dessa importância que nós temos, desta comissão, e que realmente está trabalhando e está tendo êxito nessas questões que a gente está conseguindo trazer aqui para dentro. Quero aqui também finalizar com o nosso amigo Lorenzo, que vai fazer um uma pequena apresentação. Também agradecer a presença do meu afilhado, o Francisco, o Francisco é o Chico, filho do Thiago, que trabalha comigo. E aí, Chico?!

VEREADOR CASSIA CARPES (PP): O meu encaminhamento é simples, já foi cogitado aqui. Que nós possamos remeter essas cópias taquigráficas ao vereador a qual se referiram aqui, que eu não sabia que ele tinha tanta contundência assim no plenário, automaticamente nós vamos remeter a ele as cópias taquigráficas desta reunião, para ele tomar conhecimento.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Com a palavra a Isabel.

SRA. ISABEL CRISTINA FERREIRA: Queria fazer constar para a SMS, porque a gente tem essa lei do diagnóstico precoce, onde os pediatras poderiam estar fazendo um procedimento, um diagnóstico. De que forma a SMS pode colocar isso, porque a gente tem na rede, e depende muito da consulta do pediatra para ser encaminhado para um especialista. Então, de que forma isso pode ser feito? E também sobre esse prazo que as famílias estão esperando, para essa consulta com especialista. A gente não pode mais aceitar que uma criança fique oito meses aguardando a primeira consulta com um especialista. Então essa é a minha colocação.

SRA. SHANA ROBERTA MODENA: Claro, Isabel, como eu disse, a gente fica sensível de que não é uma falta só da SMED. Então, como a minha parte, a minha competência, é de fazer esse elo, eu vou levar tudo isso para o gabinete do secretário, e falar com a diretora da Atenção Primária para ver como que a gente pode tratar dessa questão em específico, para colaborar também com essa pauta. É o meu compromisso também.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Então quero agradecer por estarem aqui até o término, porque as nossas reuniões geralmente terminam às 16h, já são 17h11min, para você verem o quanto é importante, e a gente nem viu o tempo passar, porque é uma pauta que a gente tem muito para conversar, muito para crescer, muito para dialogar, e, finalizando, eu quero passar uma apresentação aqui que o nosso amigo Lorenzo, dentre as várias personagens que ele faz, ele quer fazer uma singela apresentação para todos os presentes.

Então, Lorenzo, muito obrigado por tu estares participando junto com a gente aqui.

(Procede-se à apresentação.) (Palmas.)

SR. HENRY VENTURA: Ver. Marcelo, Ver. Cassiá, agradeço a esta comissão, eu estava numa outra ali, num debate muito importante, dos professores sim e técnicos não; e a gente estava aqui representado pelas colegas da SMED, a gente não tem perna para todas as pautas, não é vereador, mas, com certeza, com a união de esforços, a gente dando as mãos, os encaminhamentos sendo tomados, a gente consegue chegar numa melhora para a população naquela forma que tem que ser. Então eu só agradeço o convite para a SMED, a gente sempre que puder a gente se divide, vereador, a gente está participativo aí. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h13min.)